

**Relatório e contas consolidadas  
Junho 2002**

**SONAE.COM, S.G.P.S., S.A.**

# **Relatório e contas consolidadas**

## **Junho 2002**

<b>1. RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>3</b>
I. Actividade	4
• Crescimento da base de clientes	4
• Qualidade da base de clientes	6
• A SonaeCom é o segundo maior gerador de tráfego em Portugal	6
• A rede SonaeCom	7
II. Análise financeira	7
• Receitas	7
• Rendibilidade	9
• Resultado líquido	10
• Investimento consolidado	10
• Financiamento	10
• Estrutura financeira	10
• Aumento de capital na SonaeCom	11
• Aumento de capital na Optimus	11
III. Regulação	11
IV. Performance bolsista da SonaeCom	13
V. Consolidação do sector	14
VI. Perspectivas futuras	14
VII. Agradecimentos	14
<b>2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>	<b>16</b>
Anexo aos balanços e às demonstrações dos resultados consolidados	20

# **1. RELATÓRIO DE GESTÃO**

Os resultados consolidados da Sonae.com S.G.P.S., S.A. (doravante designada SonaeCom) para o primeiro semestre de 2002, demonstram uma melhoria continuada de rentabilidade em quase todas as suas áreas de negócio acompanhada de uma racionalização da estrutura organizacional, de processos e sistemas.

## **1. Actividade**

### **Crescimento da base de clientes**

A SonaeCom registou um crescimento continuado de clientes no primeiro semestre de 2002. No final do período em análise, a SonaeCom contava com um número total de clientes superior a 2,4 milhões, o que compara com 2,3 milhões no final de 2001.

A Optimus atingiu 2 milhões de clientes após pouco mais de 3,5 anos de operações com um crescimento líquido de 85 mil clientes, no semestre. No entanto, o crescimento do mercado móvel está a abrandar, quando se compara com os períodos anteriores. Em final do período, os clientes com contratos de pós-pagamento representavam mais de 19% da base de clientes da Optimus e cerca de 28% das adições brutas de clientes no período. Os clientes inactivos representavam cerca de 11,5% da base de clientes da Optimus, no final do semestre.

Para o mercado de PME's (Pequenas e Médias Empresas), durante o primeiro semestre, a Optimus lançou algumas variações sobre o seu produto tradicional, Redes à Medida, e para os profissionais exigentes criou a gama Pro. Estas soluções inovadoras incorporam equipamentos de última geração, ajustados às necessidades do segmento visado.

Para o mercado de clientes particulares, a Optimus lançou um novo tarifário – Boomerang Total – para falar para todas as redes ao preço de uma chamada entre Optimus. A Optimus reviu a sua gama de cartões estando hoje em dia disponíveis em cartão vários tarifários Boomerang. A expansão da Optimus continua. Durante o semestre, foram abertas mais 8 lojas para aumentar a sua proximidade ao cliente.

Em termos de ofertas de serviços de dados, a Optimus continua a expandir a sua oferta baseada em SMS (serviço de mensagens curtas) com particular enfoque em mensagens de valor acrescentado tanto na sua vertente “Fun” quer na vertente “Info”, relativos a ofertas de entretenimento e de informação, respectivamente. Serviços de mensagens de valor acrescentado, desenvolvidos em parcerias, como por exemplo é o caso da votação televisiva, estão a tornar-se serviços de grande popularidade e um importante incremento nas receitas de dados da Optimus. As receitas de dados representavam, no final do primeiro semestre de 2002, mais de 9% da factura mensal do cliente.

Espera-se que os novos serviços de dados a serem lançados, venham a ser importantes fontes de crescimento para as receitas de dados. A Optimus já disponibilizou, no primeiro semestre, a sua oferta comercial do serviço MMS – Multimédia Messaging Solutions – que permite o envio e recepção de mensagens multimédia, que combinam texto, imagem e som. Para assinalar o lançamento, a Optimus ofereceu aos seus clientes a possibilidade de experimentarem, gratuitamente, o serviço de MMS. Com a disponibilização de novos e mais atraentes equipamentos no futuro próximo, a Optimus prevê que o serviço MMS será uma fonte de receitas de dados significativa.

A Novis aumentou a sua base de clientes activos em 15% no semestre para 143 mil, tendo procurado focalizar os seus esforços na captação de clientes mais rentáveis, através da oferta de serviços integrados de telecomunicações para o segmento de mercado das PME e microempresas. O número de acessos directos instalados aumentou em 56% para 1.627, em final de Junho.

Pelo terceiro trimestre consecutivo, a Novis destacou-se na liderança dos novos operadores para o segmento de mercado das PME com uma quota de 7,3% no trimestre e 7,9% para o semestre (fonte: Barómetro Telecomunicações dataE).

O Clix reforçou a sua posição de líder de entre os fornecedores de acesso Internet para o mercado residencial e aumentou o tráfego total na sua rede em 4%, quando comparado com o semestre anterior. Este crescimento foi conseguido num mercado em que se tem assistido a uma progressiva redução das taxas de penetração de Internet e da utilização de acessos de banda estreita. Por outro lado, tem aumentado a concorrência sentida no mercado por causa das ofertas agressivas de fornecedores de acesso de banda larga, levando à migração de alguns dos utilizadores de Internet mais intensivos para este tipo de soluções.

No princípio do ano, o Clix lançou uma oferta inovadora baseada em acesso pré-pago, o “My Clix”, suportada pela plataforma de facturação da France Telecom. Por forma a alavancar as audiências das propriedades on-line, a SonaeCom constituiu a Com.Unique, uma plataforma comum a estas propriedades para angariar publicidade on-line. A Com.Unique já desenvolveu uma rede importante de contactos com anunciantes importantes, porém, dada a crise vivida pelo sector da publicidade, as receitas geradas até à data são relativamente insignificantes.

Em Setembro, o Clix irá lançar a sua oferta de acesso residencial de banda larga (“Clix Turbo”) baseada em tecnologia ADSL. Entretanto, já lançou uma campanha de pré-registo, cujos resultados à data são acima das expectativas.

Em Maio, o Público lançou a Colecção Mil Folhas, a maior operação de marketing de sempre da história do jornal. Esta iniciativa incorpora a venda de uma obra literária com a edição de Quarta-feira, ao longo de 30 semanas. Em resultado desta iniciativa, a circulação do jornal à Quarta-feira passou para 70 mil cópias, em média, no segundo trimestre o que compara com 47 mil, no primeiro. A circulação média semanal aumentou para 58 mil exemplares em Junho, o que compara com 52 mil exemplares em Junho de 2001. A circulação média diária do semestre foi de 53,4 mil. O aumento verificado em termos de circulação contribuiu, em certa medida, para compensar os efeitos negativos derivados da crise no sector da venda de publicidade.



Um Exemplo de um dos livros incluídos na edição de Quarta-feira do Público.

O Público é o jornal líder de opinião em Portugal e o sucesso do Mil Folhas mostra que a marca do Público é um activo a ser explorado de futuro no desenvolvimento de novas iniciativas. Estudos de mercado (Marktest), referentes ao último trimestre do período, demonstram que o Público liderava o segmento AB em termos de audiência, com uma quota de mercado de 29,5%.

A Enabler e a WeDo continuam a alargar a sua base de clientes internacionais, tendo ambas captado novos clientes em Espanha e no caso da Enabler, na Alemanha. Durante o primeiro semestre, a WeDo abriu escritórios no Brasil e em Espanha com o intuito de oferecer um melhor serviço aos clientes actuais e aumentar a base de clientes nestes mercados.

Está a ser criada uma nova unidade de negócios que incorporará a Enabler, We Do e BizDirect : Integração de Software e Sistemas.

### **Qualidade da base de clientes**

As equipas de gestão de todas as empresas operacionais da SonaeCom estão a concentrar esforços em melhorar a qualidade e rentabilidade dos seus clientes. Uma medida resultante desta preocupação é a redução da base de clientes inactivos. A Novis, em especial, procurou eliminar clientes inactivos da sua base de clientes, tendo encetado um processo de “Dunning” bastante rigoroso. Assim, os clientes totais activos registaram um crescimento de 15% no período, enquanto que os clientes com pré-selecção activada aumentaram 33% no semestre, passando de 94 mil em final de 2001 para 126 mil em final de Junho.

### **A SonaeCom é o segundo maior gerador de tráfego em Portugal**

O tráfego na rede SonaeCom continua a crescer tendo aumentado de 2.394 milhões de minutos, no segundo semestre de 2001, para 2.581 milhões de minutos, no primeiro semestre de 2002. O tráfego na rede móvel representa 49% deste total e o tráfego fixo e de Internet representam 15% e 36%, respectivamente.

## A rede SonaeCom

A SonaeCom continuou a desenvolver a sua rede de telecomunicações durante o primeiro semestre de 2002, tendo fechado a sua MAN (rede metropolitana de acesso) de Lisboa. Em termos de rede construída, em final de Junho de 2002, a Novis tinha 899 kms de fibra no seu backbone (rede de alta capacidade) e tinha 212 kms de fibra nas suas MANs. Por outro lado, o tráfego que passou na sua rede de telecomunicações nos primeiros seis meses do ano, atingiu 1,3 mil milhões de minutos, o que compara com 1,2 mil milhões de minutos no segundo semestre de 2001.

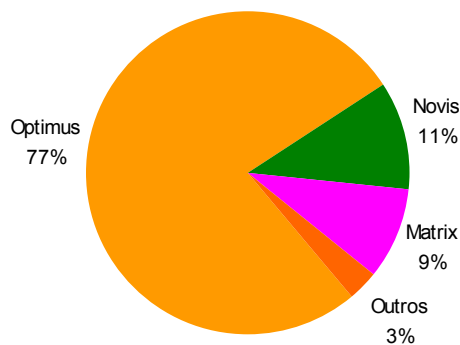
No segundo trimestre, foi anunciada a joint-venture de “Towering” (denominada SITUS) detida a 50% pela Optimus e a 50% pela Vodafone, a qual permitirá a co-localização das suas antenas (seja em torres ou topos de edifícios), reduzindo o investimento em infraestruturas de suporte, custos totais e o impacto ambiental da instalação da futura rede UMTS. Já se analisou a joint-venture à luz da regulação concorrencial e, neste momento, a Optimus e a Vodafone estão na fase de implementação da nova empresa.

## 2. Análise financeira

### Receitas

No primeiro semestre de 2002, a SonaeCom atingiu um volume de negócios consolidado de 381 milhões de euros, representando uma diminuição de 5% relativamente ao semestre anterior.

**Contributos para Volume de Negócios Consolidado  
1º Semestre 2002**



As receitas da Optimus decresceram 7%, sendo a razão principal deste decréscimo o facto de uma parte significativa das suas receitas de serviços derivadas de outros operadores terem sofrido uma alteração nas condições de preço.

O anúncio efectuado em Maio, pela ANACOM, de uma nova tarifa para o tráfego entre operadores móveis a ter efeito a partir do segundo semestre deste ano, implicou um aumento nas receitas da Optimus. O regulador fixou a tarifa em 0,249 euros por minuto, para o segundo semestre de 2002, tendo a Optimus, no primeiro trimestre de 2002, utilizado a tarifa de 0,187 euros por minuto para contabilizar as suas receitas. No segundo semestre de 2002 a interligação móvel-móvel será contabilizada utilizando a tarifa de 0,187 euros por minuto.

No final de 2001, a ANACOM determinou uma redução progressiva do custo das chamadas fixo-móvel, trimestre a trimestre (durante cinco trimestres), de 0,274 euros para 0,187 euros. Esta alteração, que deveria ter ocorrido em Janeiro de 2002, apenas teve lugar em Março, no entanto, de acordo com o previsto são aguardadas novas reduções.

O impacto na Optimus da alteração da tarifa do tráfego fixo-móvel resultou numa redução das receitas de operadores, com um efeito directo nas suas margens operacionais.

<b>Impacto da alteração nas tarifas móvel-móvel na Optimus</b>	<b>1º T 02</b>	<b>1º T 02 ajustado</b>	<b>2º T 02</b>
Receitas de Serviço	134 027	140 313	141 706
Interconexão móvel	22 176	28 183	28 853
<b>Demonstração de Resultados Optimus</b>			
Volume de Negócios	143 393	149 679	149 063
Cash EBITDA	31 274	31 566	31 450
EBT	(10 032)	(9 740)	(10 971)
<b>Demonstração de Resultados SonaeCom</b>			
Volume de Negócios	181 282	187 568	192 953
Cash EBITDA	21 090	21 382	26 274
EBT	(35 338)	(35 046)	(36 278)

Tendo em conta que a Optimus apresenta um desbalanceamento na interligação com os restantes operadores, o facto da tarifa ter sido reduzida, representa por si só, um aumento da sua margem, dado que irá ter que pagar menos pelos minutos de tráfego por saldar.

As receitas médias por cliente (ARPU), no primeiro semestre de 2002, diminuíram para 24,4 euros, tendo atingido os 28,9 euros no segundo semestre de 2001. Esta redução deve-se às alterações acima mencionadas relativas às tarifas do tráfego móvel-móvel e fixo-móvel. O remanescente deve-se à sazonal diminuição dos gastos dos consumidores nos primeiros meses do ano.

O volume de negócios da Novis e do Clix relativo ao primeiro semestre de 2002 aumentou 23% para 76 milhões e 32% para 17 milhões, respectivamente, quando comparado com o segundo semestre de 2001. No caso do Clix, os dois semestres não são directamente comparáveis, dado que o novo modelo das receitas de interconexão apenas teve início em Agosto de 2001.

O volume de negócios do Público, no primeiro semestre de 2002, foi relativamente estável quando comparado com os seis meses anteriores, no entanto, continua a existir uma sazonalidade forte na circulação do Público que afecta as respectivas vendas de jornais. De qualquer forma, ocorreu uma redução conjuntural na venda de publicidade, originada pela crise publicitária atrás referida. Não se espera que esta situação se inverta no futuro próximo.



## Rendibilidade

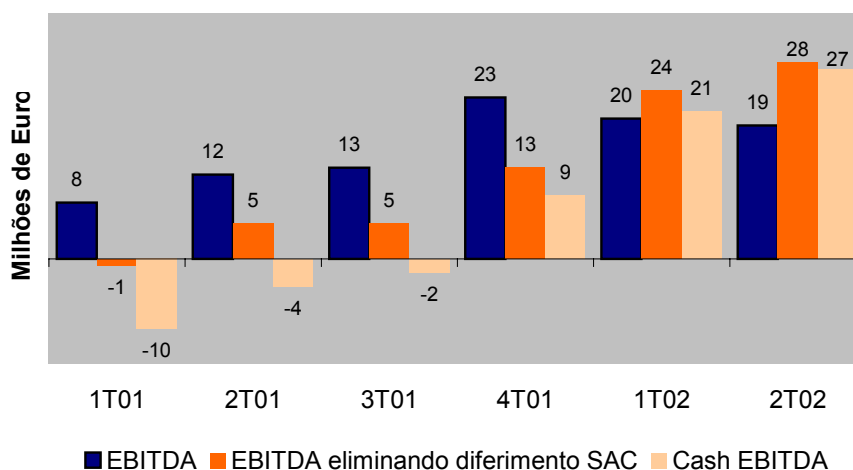
Como resultado da acção concertada de contenção de custos e de aumento das margens de serviço em todo o Grupo, com o menor impacto possível no crescimento de volume de vendas, a SonaeCom registou um aumento significativo da sua rendibilidade. O Cash EBITDA aumentou cerca de sete vezes, para 48 milhões de euros.

O Cash EBITDA individual da Optimus aumentou em cerca de 64% para mais de 63 milhões de euros. Os prejuízos registados em termos de Cash EBITDA na Novis e no Clix diminuíram em cerca de 15 milhões de euros e 2 milhões, respectivamente, para atingir montantes de 13 milhões de euros e 3 milhões de euros, respectivamente.

A rendibilidade operacional (EBITDA eliminando o diferimento de SAC's) aumentou em cerca de 184%, atingindo o valor de 52,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, sendo o valor do semestre anterior de 18,4 milhões de euros. Na realidade, o EBITDA consolidado, eliminando o diferimento de SAC's, do primeiro trimestre de 2002 (24,4 milhões de euros) foi superior ao total do ano de 2001 (21,9 milhões de euros).

As medidas de contenção de custos passaram pela obtenção de importantes melhorias nos sistemas e processos de negócio e no aumento da eficiência global da organização. Foram também implementados importantes planos de reduções do número de colaboradores, essencialmente, no Público e na Novis.

### Rentabilidade Consolidada SonaeCom



No período em análise, o EBITDA ascendeu a 39,1 milhões de euros, inferior ao EBITDA eliminando o diferimento de SAC's, de 52,3 milhões de euros. Este facto é explicado pelos custos de aquisição de clientes diferidos em períodos anteriores, relativamente mais elevados, que estão agora a ser reintegrados como custos do exercício.

Por esta razão, o EBITDA continuará inferior ao EBITDA eliminando o diferimento de SAC's, embora o nível de custos de aquisição reintegrados tenha atingido um pico no segundo trimestre de 2002 e estima-se que permaneça estável durante 2002 e se reduza progressivamente a partir de 2003.

A Optimus foi o principal contributo para a rentabilidade operacional consolidada, com 67,1 milhões de euros. No entanto, a Novis conseguiu reduzir em 48% a sua contribuição negativa para a rentabilidade operacional consolidada, passando de 23 milhões de euros de prejuízos no segundo semestre de 2001 para apenas 11,5 milhões de euros negativos. Estimam-se que as melhorias de rentabilidade continuem no futuro embora a um ritmo inferior.

### Resultado líquido

Em 30 de Junho, o resultado líquido consolidado após interesses minoritários era negativo em cerca de 38,1 milhões de euros. Para além das amortizações e provisões correntes, o resultado líquido encontra-se afectado por uma provisão de 2,5 milhões de euros relativa ao investimento na Altitude Software e por uma provisão extraordinária de 1,2 milhões de euros relativa à actividade de Internet.

### Investimento consolidado

No primeiro semestre de 2002, o investimento consolidado da SonaeCom ascendeu a 64 milhões de euros. A tabela seguinte mostra a composição do investimento no período e as contribuições das unidades de negócio para o investimento consolidado.

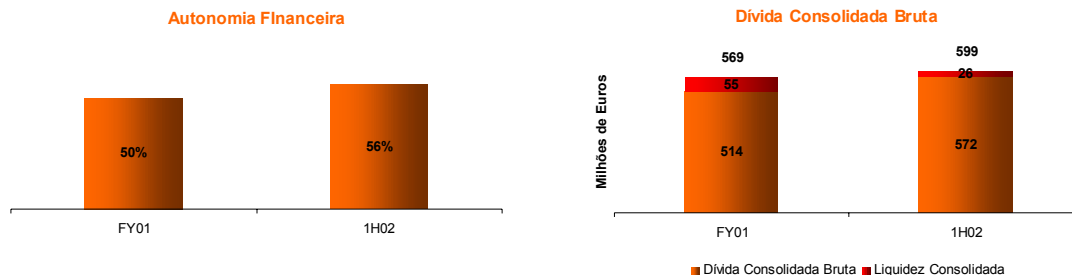
Contributos para o investimento consolidado (milhões euros)	Optimus	Novis	Matrix	Outros	Consolid. SonaeCom
Imobilizado Corpóreo	42,6	17,2	2,1	0,3	62,2
Imobilizado Incorpóreo (excluindo custos capitalizados)	0	0	0,2	0,3	0,5
Investimentos Financeiros	0	0	1,2	0	1,2
<b>Total</b>	<b>42,6</b>	<b>17,2</b>	<b>3,5</b>	<b>0,6</b>	<b>63,9</b>

### Financiamento

#### Estrutura financeira

No final de Junho, a dívida consolidada bruta ascendia a 598,5 milhões de euros e a liquidez consolidada a 26,4 milhões de euros. Assim, a dívida líquida consolidada no final do segundo semestre era de 572 milhões de euros, que compara com 513 milhões de euros no final de 2001.

A autonomia financeira consolidada da SonaeCom (medida através do rácio Dívida/(Dívida + Capital Próprio)) era de 56:44 no final do período em análise.



A liquidez da SonaeCom, em termos individuais, no final de Junho era de 28 milhões de euros.

### Aumento de capital na SonaeCom

No final do primeiro trimestre de 2002, a SonaeCom anunciou que iria propôr um aumento de capital de 45,25 milhões de acções a um preço de 2,25 euros por acção. Posteriormente, o aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (realizada a 17 de Junho) e a Sonae SGPS confirmou que tomaria firme a oferta. O período de subscrição terminou a 22 de Julho de 2002.

A alocação das novas acções foi efectuada a 25 de Julho e a liquidação financeira da operação será finalizada a 31 de Julho de 2002. Espera-se que as novas acções sejam admitidas à negociação em meados de Agosto.

Depois do aumento de capital, o Capital Social da SonaeCom será de 226,25 milhões de euros, representado por um número equivalente de acções.

### Aumento de capital na Optimus

No primeiro semestre de 2002, a Optimus aumentou o seu capital em 100 milhões de euros. A operação foi totalmente subscrita, sendo que 30% da mesma foi já realizada e os restantes 70% poderão ser solicitados por decisão do Conselho de Administração da empresa.

## 3. Regulação

Durante o período, a esperada redução nas tarifas de interligação móvel-móvel foi anunciada pelo Regulador, tendo a tarifa para o primeiro semestre do ano sido estabelecida em 0,249 euros e para o segundo semestre em 0,187 euros. Esta última tarifa está em linha com a posição defendida pela SonaeCom.

A ANACOM esteve praticamente inactiva durante os primeiros meses do ano, devido à realização de Eleições Legislativas e à alteração de Governo consequente. Assim, um conjunto de decisões chave foi retardado. A única excepção foi a permissão a um operador UMTS de raiz (“Greenfield operator”) para lançar o serviço de terceira geração, baseado, apenas, na oferta do serviço de segunda geração. A SonaeCom não conseguiu obter qualquer explicação sobre as justificações económicas, legais e regulatórias de tal iniciativa.

O novo presidente da ANACOM foi nomeado pelo Governo no início de Julho. A SonaeCom espera agora uma rápida e equitativa resolução de diversas questões regulatórias pendentes, algumas das quais são mencionadas de seguida.

Os preços da oferta grossista ADSL do operador incumbente foram reduzidos em 20-25% em Maio. Apesar disso, os preços actuais ainda não permitem aos operadores alternativos desenvolver, em condições economicamente viáveis, uma oferta ADSL capaz de competir com a oferta de acesso à Internet em banda larga baseada no cabo, efectuada pelo operador incumbente.

Dando seguimento a uma queixa apresentada pela Novis, a ANACOM considerou existirem indícios de que o operador incumbente actuou de forma discriminatória para com os operadores alternativos (favorecendo as empresas do seu próprio Grupo) aquando do lançamento da sua oferta grossista de ADSL. Como consequência, a Portugal Telecom foi obrigada a adiar, por mais de um mês, a disponibilização desta oferta e o Regulador avançou com um processo de contra-ordenação contra aquele operador.

O processo de arbitragem em curso entre o operador incumbente e a SonaeCom, relativo à data de início de entrada em vigor do novo modelo de interligação para os ISPs, ainda não foi concluído e as contas da SonaeCom ainda reflectem o cenário mais conservador (Agosto de 2001, em vez de Março de 2001). A conclusão do processo é esperada para breve.

A ANACOM determinou uma nova tarifa de interligação fixa, em vigor a partir de Maio (inclusivé), o que se traduziu numa redução média de cerca de 10% para o ano de 2002 (15% para 8 meses). Esta descida é menor do que as expectativas iniciais do mercado e aumenta a distância de Portugal relativamente à média Europeia.

No primeiro trimestre de 2002, a EDP anunciou a transferência indirecta da sua participação na Optimus para uma entidade financeira baseada no Luxemburgo (Thorn Finance), com o propósito de cumprir com as suas obrigações decorrentes da sua licença de UMTS. A SonaeCom vê esta operação como um mero “parqueamento” da posição da EDP na Optimus, numa clara violação do espírito das obrigações da referida licença, e não a considera como uma venda a um comprador final. Algumas evidências desta situação são:

- A Thorn Finance, detida por duas fundações Holandesas e gerida actualmente por uma sociedade de administração de Trust, é totalmente desconhecida nos sectores de telecomunicações e financeiro e não contactou a Optimus ou o seu principal accionista antes da transacção;
- Nos termos da transacção estão incluídos um acordo de recompra da participação (call option, ao preço da transacção inicial) e um direito de preferência a favor da EDP, em caso de venda da mesma;

- A EDP transferiu a sua participação na Optimus indirectamente (transferindo a OPTEP), circundando a possibilidade dos restantes accionistas da Optimus exercerem o seu efectivo direito de preferência, no caso de uma venda directa.
- Antes de fechar a operação, a EDP injectou fundos na OPTEP de modo a munir esta de meios que lhe permitam fazer face ao aumento de capital planeado na Optimus. Adicionalmente, o preço da transacção será ajustado se futuros aumentos de capital forem executados.
- O novo accionista não contactou, até à data, a Optimus ou a SonaeCom de modo a obter qualquer tipo de informação.

#### 4. Performance bolsista da SonaeCom

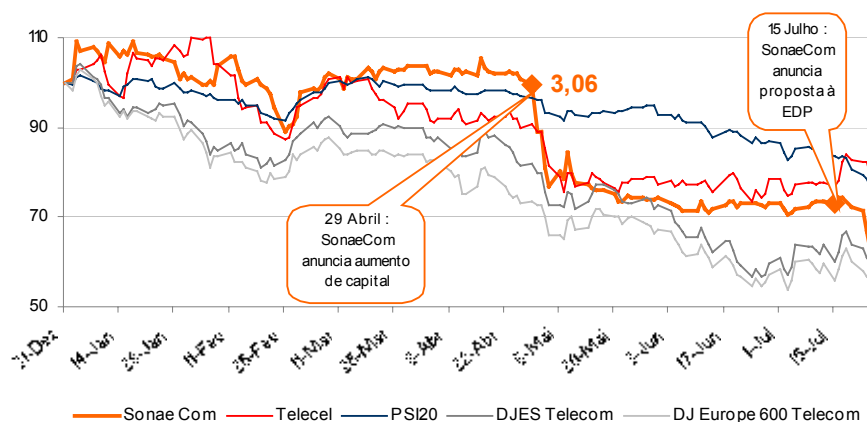
A evolução do preço das acções SonaeCom tem sido condicionada pelo sentimento negativo relativamente ao sector das telecomunicações em geral. O abrandamento da economia tem sido um factor adicional, evitando que os mercados mostrem sinais de recuperação.

Em 2002, o sector das telecomunicações Europeu caiu cerca de 40% (utilizando o DJ Stoxx 600 Telecom). No mesmo período, o preço por acção da SonaeCom desvalorizou 38%, o que representa uma performance acima do sector em, aproximadamente, 6%.

De salientar que o anúncio do aumento de capital da SonaeCom, efectuado a 29 de Abril de 2002, teve um efeito específico no preço da acção da companhia. O mercado reagiu negativamente ao anúncio, reduzindo o preço por acção para os níveis do preço de emissão do aumento de capital, 2,25 euros, e mesmo abaixo deste.

Nas vésperas da conclusão deste relatório, 24 de Julho de 2002, a cotação da SonaeCom fechou a 1,91 euros, o que representa uma desvalorização de 38% desde o final de 2001.

#### Performance relativa em Bolsa da SonaeCom em 2002



A equipa de gestão da SonaeCom defende que o actual preço por acção não reflecte o valor fundamental dos activos do Grupo, a evolução positiva da performance operacional, nem a provada capacidade para atingir os objectivos anunciados e de criação de valor para os seus accionistas.

## **5. Consolidação do sector**

É convicção da SonaeCom que a consolidação do mercado de telecomunicações é imperativa e inevitável, tanto a nível nacional como internacional. Assim, a SonaeCom tomou a iniciativa de procurar oportunidades de alcançar maior escala no mercado português de telecomunicações, o que poderia eventualmente levar à consolidação em Portugal e, futuramente, a nível europeu. A 15 de Julho, a SonaeCom apresentou à EDP (maior accionista do Grupo ONI) uma proposta de colaboração mais estreita no sector das comunicações móveis e fixas. Posteriormente esta proposta foi rejeitada pela EDP e pelos restantes accionistas da ONI.

## **6. Perspectivas futuras**

A continuada racionalização de custos e melhoria nos sistemas e processos de negócio continuará a ser um objectivo central para a SonaeCom, enquanto são procuradas novas oportunidades de crescimento. O crescimento nas comunicações móveis será condicionado pela recuperação da economia e pela melhoria da confiança dos consumidores, apesar da companhia estar confiante que captará valor adicional de novos serviços de dados que serão brevemente disponibilizados. O crescimento da penetração da Internet e da sua utilização também abrandou e a capacidade do Clix oferecer serviços de acesso de banda larga à Internet é crucial para a performance futura da empresa. A gestão irá acompanhar atentamente, durante o próximo trimestre, os investimentos nas áreas das Ventures e o portfolio de participações da área da Internet, e irá considerar a necessidade de reconhecimento de custos de reestruturação e provisões adicionais. No caso específico da Altitude, a sua fraca performance durante o primeiro semestre de 2002 motivou uma renegociação dos termos de um aumento de capital reservado a um conjunto de instituições, no montante de 15 milhões de euros, ocorrido em 2002. Por este motivo, a SonaeCom registou uma provisão de 2,5 milhões de euros no segundo trimestre de 2002, face a 10 milhões de euros de investimento. Dependendo do resultado das referidas negociações, provisões adicionais para este investimento poderão ser necessárias.

A SonaeCom continuará a procurar oportunidades de consolidação e/ou de aliança que claramente acrescentem valor para os seus accionistas.

## **7. Agradecimentos**

Ao Fiscal Único agradecemos o acompanhamento e a cooperação prestada ao longo deste semestre.

Aos fornecedores, instituições bancárias e outros parceiros do Grupo apresentamos o nosso reconhecimento pela confiança depositada.

Acima de tudo, para os colaboradores do Grupo SonaeCom, que trabalham incansavelmente para garantir a continuação do sucesso alcançado, vai o nosso maior agradecimento e reconhecimento pelo trabalho efectuado.

Maia, 25 de Julho de 2002

**O Conselho de Administração,**

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

Diogo António Rodrigues da Silveira

Dudley Graham Eustace

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

## **2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**



## Balanços consolidados em 30 de Junho de 2002 e 2001

(Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas	30 de Junho de 2002			30 de Junho de 2001
		AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO					
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	25,27 e 56	78.249.441	50.953.056	27.296.385	51.873.057
Despesas de investigação e desenvolvimento	25,27 e 56	6.010.982	3.235.430	2.775.552	6.073.424
Propriedade industrial e outros direitos	27 e 56	4.137.865	3.022.183	1.115.682	1.424.813
Imobilizações em curso	27,28 e 56	123.196.997	-	123.196.997	126.584.420
		<b>211.595.285</b>	<b>57.210.669</b>	<b>154.384.616</b>	<b>185.955.714</b>
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	27,41,42 e 56	774.389	-	774.389	774.389
Edifícios e outras construções	27,41,42 e 56	144.096.149	37.287.870	106.808.279	96.417.492
Equipamento básico	27,42 e 56	513.080.783	157.703.177	355.377.606	302.184.201
Equipamento de transporte	27,42 e 56	162.871	117.081	45.790	62.322
Ferramentas e utensílios	27,42 e 56	1.168.614	859.871	308.743	435.336
Equipamento administrativo	27,42 e 56	166.491.696	82.940.142	83.551.554	53.241.956
Outras imobilizações corpóreas	27,42 e 56	1.355.412	407.315	948.097	227.399
Imobilizações em curso	27,28,42 e 56	37.145.598	-	37.145.598	45.781.307
		<b>864.275.512</b>	<b>279.315.456</b>	<b>584.960.056</b>	<b>499.124.402</b>
Investimentos financeiros					
Partes de capital em empresas do grupo	2,14,27 e 56	5.710.685	-	5.710.685	6.667.046
Empréstimos a empresas do grupo	27 e 56	254.054	-	254.054	5.744.162
Partes de capital em empresas associadas	3,4,14,18,27 e 56	1.606.297	-	1.606.297	5.629.666
Empréstimos a empresas associadas	27 e 56	5.768.718	-	5.768.718	6.587.998
Empréstimos a outras empresas participadas	27 e 56	140.996	-	140.996	-
Títulos e outras aplicações financeiras	14,27,46 e 56	14.070.301	2.500.000	11.570.301	12.890.303
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	27 e 56	46.812	-	46.812	217.436
		<b>27.597.863</b>	<b>2.500.000</b>	<b>25.097.863</b>	<b>37.736.611</b>
CIRCULANTE					
Existências					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	56	1.059.378	-	1.059.378	1.110.046
Mercadorias	30,46 e 56	30.845.688	9.183.240	21.662.448	37.732.541
Adiantamentos por conta de compras	56	13.221	-	13.221	13.221
		<b>31.918.287</b>	<b>9.183.240</b>	<b>22.735.047</b>	<b>38.855.808</b>
Dívidas de terceiros – curto prazo					
Clientes, c/c		164.224.718	-	164.224.718	89.560.686
Clientes - títulos a receber		211.969	-	211.969	-
Clientes de cobrança duvidosa	46	55.365.787	55.365.787	-	-
Empresas do grupo		12.615	-	12.615	99.856
Adiantamentos a fornecedores		737.237	-	737.237	737.910
Estado e outros entes públicos	50	4.855.883	-	4.855.883	9.650.749
Outros devedores		3.854.320	-	3.854.320	14.744.946
		<b>229.262.529</b>	<b>55.365.787</b>	<b>173.896.742</b>	<b>114.794.147</b>
Títulos negociáveis					
Outras aplicações de tesouraria	51	24.144.783	-	24.144.783	75.800.262
Depósitos bancários e caixa					
Depósitos bancários		2.049.143	-	2.049.143	1.567.858
Caixa		175.017	-	175.017	167.544
		<b>2.224.160</b>	<b>-</b>	<b>2.224.160</b>	<b>1.735.402</b>
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimos de proveitos	52	78.266.435	-	78.266.435	101.083.637
Custos diferidos	52	237.178.099	-	237.178.099	233.350.495
Activos por impostos diferidos	38 e 52	53.385.989	-	53.385.989	38.176.241
		<b>368.830.523</b>	<b>-</b>	<b>368.830.523</b>	<b>372.610.373</b>
Total de Amortizações			<b>336.526.125</b>		
Total de Provisões			<b>67.049.027</b>		
<b>Total do Activo</b>		<b>1.759.848.942</b>	<b>403.575.152</b>	<b>1.356.273.790</b>	<b>1.326.612.714</b>

As notas anexas da página 21 à 64 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

### O Técnico Oficial de Contas

António Maria Domingues de Magalhães Pereira

### O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

Diogo António Rodrigues da Silveira

Dudley Graham Eustace

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

## Balanços consolidados em 30 de Junho de 2002 e 2001

(Montantes expressos em Euro)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	30 de Junho de 2002	30 de Junho de 2001
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	53	181.000.000	181.000.000
Prémios de emissão de acções	53	279.257.041	279.257.041
Reservas legais		114.360	114.360
Outras reservas	10,11,14,18,41,42 e 53	(163.727.662)	(81.964.182)
Resultado consolidado líquido do semestre	53,57 e 58	(38.062.289)	(31.840.674)
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>258.581.450</b>	<b>346.566.545</b>
<b>Interesses minoritários</b>	57 e 59	<b>186.294.765</b>	<b>147.735.171</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Provisões para riscos e encargos</b>			
Outras provisões para riscos e encargos	46 e 61	6.791.936	3.850.649
<b>Dívidas a terceiros - médio e longo prazo</b>			
Dívidas a instituições de crédito	33,34,54 e 56	336.688.200	374.098.000
<b>Dívidas a Terceiros - curto prazo</b>			
Dívidas a instituições de crédito	54	233.344.725	174.953.591
Fornecedores, c/c		124.871.752	100.724.979
Fornecedores - facturas recepção e conferência		372.111	1.408.531
Empresas participadas e participantes		-	676.193
Adiantamentos de clientes		5.072	5.073
Outros empréstimos		28.474.937	-
Fornecedores de imobilizado, c/c		24.723.327	44.897.928
Estado e outros entes públicos	50	13.685.214	6.947.251
Outros credores	56	18.279.531	31.351.711
		<b>443.756.669</b>	<b>360.965.257</b>
<b>Acréscimos e diferimentos</b>			
Acréscimos de custos	52	104.118.622	77.047.125
Proveitos diferidos	52	19.768.276	16.051.616
Passivos por impostos diferidos	38 e 52	273.872	298.346
		<b>124.160.770</b>	<b>93.397.087</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>911.397.575</b>	<b>832.310.993</b>
<b>Total do Capital Próprio, dos Interesses Minoritários e do Passivo</b>		<b>1.356.273.790</b>	<b>1.326.612.714</b>

As notas anexas da página 21 à 64 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

### O Técnico Oficial de Contas

António Maria Domingues de Magalhães Pereira

### O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

Diogo António Rodrigues da Silveira

Dudley Graham Eustace

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

**Demonstrações consolidadas dos resultados  
dos semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001**

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	30 de Junho de 2002	30 de Junho de 2001
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Mercadorias		22.913.645	37.672.123
Matérias		<u>2.990.077</u>	<u>3.185.055</u>
Fornecimentos e serviços externos	52 e 55	262.637.325	219.354.944
Custos com o pessoal			
Remunerações	7 e 39	43.795.714	41.984.766
Encargos sociais e outros	7 e 39	<u>12.872.459</u>	<u>11.747.121</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27, 56 e 57	73.637.748	62.536.150
Provisões	30, 46, 56 e 57	<u>16.467.757</u>	<u>10.187.555</u>
Impostos		6.294.436	7.420.990
Outros custos operacionais		<u>324.666</u>	<u>328.145</u>
	( a )	<u>441.933.827</u>	<u>394.416.849</u>
Perdas em empresas do grupo e associadas	3, 18, 44 e 56	554.742	906.489
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	27 e 44	2.500.000	-
Juros e custos similares			
Outros	28, 44 e 54	13.372.738	14.006.852
	( c )	<u>458.361.307</u>	<u>409.330.190</u>
Custos e perdas extraordinárias	45 e 46	<u>8.469.598</u>	<u>3.006.491</u>
	( e )	<u>466.830.905</u>	<u>412.336.682</u>
Imposto sobre o rendimento do semestre			
Imposto corrente	50	1.397.340	1.912.576
Imposto diferido	38	<u>(9.436.934)</u>	<u>(9.330.758)</u>
	( g )	<u>458.791.311</u>	<u>404.918.500</u>
Interesses minoritários	58 e 59	(25.221.701)	(24.798.108)
Resultado consolidado líquido do semestre	53, 57 e 58	<u>(38.062.289)</u>	<u>(31.840.674)</u>
<b>Total dos Custos e Perdas</b>		<b><u>395.507.321</u></b>	<b><u>348.279.718</u></b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Vendas			
Mercadorias	36, 56 e 57	22.989.078	38.630.708
Produtos	36, 56 e 57	<u>7.724.924</u>	<u>5.850.949</u>
Prestação de serviços	36, 56 e 57	<u>349.807.136</u>	<u>286.112.906</u>
Trabalhos para a própria empresa		8.443.056	8.311.940
Proveitos suplementares		1.881.931	1.242.413
Subsídios à exploração		61.688	18.000
Outros proveitos e ganhos operacionais		-	1.501.036
	( b )	<u>390.907.813</u>	<u>341.667.953</u>
Ganhos em empresas do grupo e associadas	3, 18, 44 e 56	782.588	40.589
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras			
Relativos a empresas associadas	44	721	-
Outros	44	719	25.404
Outros juros e proveitos similares			
Relativos a empresas associadas	44 e 51	556.869	2.386.751
Outros	28 e 44	<u>390.219</u>	<u>508.659</u>
	( d )	<u>1.731.116</u>	<u>2.961.403</u>
Proveitos e ganhos extraordinários	45 e 46	<u>392.638.929</u>	<u>344.629.356</u>
	( f )	<u>2.868.392</u>	<u>3.650.362</u>
		<u>395.507.321</u>	<u>348.279.718</u>
<b>Total dos Proveitos e Ganhos</b>		<b><u>395.507.321</u></b>	<b><u>348.279.718</u></b>

<b>Resultados operacionais: (b) - (a) =</b>	<b><u>(51.026.014)</u></b>	<b><u>(52.748.896)</u></b>
<b>Resultados financeiros: (d - b) - (c - a) =</b>	<b><u>(14.696.364)</u></b>	<b><u>(11.951.938)</u></b>
<b>Resultados correntes: (d) - (c) =</b>	<b><u>(65.722.378)</u></b>	<b><u>(64.700.834)</u></b>
<b>Resultados antes de impostos: (f) - (e) =</b>	<b><u>(71.323.584)</u></b>	<b><u>(64.056.964)</u></b>
<b>Resultado consolidado com os interesses minoritários do semestre: (f) - (g) =</b>	<b><u>(63.283.990)</u></b>	<b><u>(56.638.782)</u></b>

As notas anexas da página 21 à 64 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

**O Técnico Oficial de Contas**

António Maria Domingues de Magalhães Pereira

**O Conselho de Administração**

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

Diogo António Rodrigues da Silveira

Dudley Graham Eustace

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

**Anexo**  
**aos balanços e às**  
**demonstrações dos resultados consolidados**

***Anexo***  
***aos balanços e às***  
***demonstrações dos resultados consolidados***

(Montantes expressos em Euro)

**Nota introdutória**

A Sonae.com, S.G.P.S., S.A. (doravante designada “Empresa” ou “SonaeCom”), foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A..

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para a actual - Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo o capital social sido redenominado para Euro, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida (i) aos colaboradores do Grupo Sonae, (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela SonaeCom e (iii) ao público em geral.

- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo sido as novas acções integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da SonaeCom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euro).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas de capital social da SonaeCom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e antigos sócios de empresas adquiridas pela SonaeCom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social da SonaeCom foi aumentado de Euro 181.000.000 para 226.500.000 por subscrição pública reservada aos accionistas que decorreu no período compreendido entre os dias 8 e 22 de Julho de 2002.

### **Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e as normas de consolidação estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

### **Princípios de consolidação**

As empresas em que o Grupo, directa ou indirectamente, tem direitos de voto superiores a 50% (Nota 1) ou, em alternativa, tem o poder de controlar a sua actividade operacional, quando materialmente relevantes, são consolidadas pelo método de integração global, com excepção daquelas que têm uma actividade muito diferenciada, conforme previsto no nº4 do artº 4º do Decreto-Lei 238/91, casos em que é utilizado o método da equivalência patrimonial (Nota 2).

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo efectivo é transferido para o Grupo, e tenham iniciado a sua actividade, com valores materialmente relevantes, e deixam de o ser a partir da data em que esse controlo é cedido.

As transacções, saldos e ganhos e perdas em transacções efectuadas entre empresas do Grupo, quando materialmente relevantes, são eliminadas. Quando necessário, as políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas para assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado no balanço na rubrica de Interesses minoritários (Nota 59).

Os interesses minoritários sobre o resultado líquido das filiais consolidadas são identificados e ajustados por dedução ao resultado do Grupo e inscritos, na demonstração dos resultados consolidados, na rubrica Interesses minoritários (Nota 59).

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas, desde que materialmente relevantes, encontram-se valorizados no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial (Notas 3 e 18).

As diferenças de consolidação, que correspondem à diferença entre o valor de aquisição e o valor atribuível aos activos líquidos adquiridos, são registadas em rubrica autónoma dos capitais próprios (Notas 10, 11, 14 e 53).

Os ganhos e perdas decorrentes de operações de aumentos de capital em empresas do grupo e em empresas associadas, bem como os decorrentes de outras operações que originem reduções da percentagem de participação do Grupo, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

### **Principais critérios valorimétricos**

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

#### **a) Imobilizações incorpóreas**

As despesas de investigação e desenvolvimento (Notas 25 e 27) de projectos específicos são capitalizadas, desde que se considere serem os proveitos futuros estimados superiores aos custos de desenvolvimento já incorridos, ou estimados incorrer, e aos respectivos custos de produção, distribuição e administrativos.

Estas despesas, bem como outras imobilizações incorpóreas, são valorizadas ao custo de aquisição e as amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos (que corresponde a taxa anual máxima aceite fiscalmente), com a excepção das despesas com os estudos de admissão ao concurso público de atribuição das licenças de operador da rede móvel, as quais são amortizadas durante o período da concessão, que ascende a 15 anos, e das despesas de instalação dos vortais, que são amortizadas em 5 anos. As amortizações são efectuadas por duodécimos, a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

#### **b) Imobilizações corpóreas**

As imobilizações corpóreas são valorizadas ao custo de aquisição, com excepção dos terrenos e edifícios da subsidiária Per-Mar, os quais foram reavaliados a valor de mercado reportado a 31 de Dezembro de 1998, no âmbito da aquisição pelo Grupo daquela participada, com confirmação por nova avaliação em Dezembro de 2000 (Notas 41 e 42).

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens entram em funcionamento.

As taxas anuais utilizadas correspondem às taxas máximas fiscalmente aceites, com as seguintes excepções:

- i) Equipamento básico para o qual foram determinadas taxas específicas de depreciação, julgadas mais adequadas, tendo em consideração a vida útil estimada dos respectivos bens.
- ii) Despesas em instalações arrendadas por um período de três anos, em que não se prevê a renovação do respectivo contrato de arrendamento.

Os correspondentes anos de vida útil são os seguintes:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	3-10
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3-8

**c) Investimentos financeiros**

As empresas associadas, materialmente relevantes (Nota 3), e as empresas do Grupo, excluídas por terem actividade diferenciada do resto do Grupo (Nota 2), encontram-se valorizadas, no balanço consolidado, pelo método da equivalência patrimonial (Nota 18).

As empresas excluídas da consolidação por imaterialidade (Nota 2) e as empresas associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial (Nota 4), assim como participações inferiores a 20%, encontram-se valorizadas, no balanço consolidado, ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, quando mais baixo (Nota 27).

São constituídas provisões para investimentos financeiros (Notas 27 e 46) sempre que exista uma diferença materialmente relevante entre o custo de aquisição, ou o valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial, e o valor estimado de realização da participação, numa perspectiva de médio e longo prazo.

**d) Existências**

As existências são valorizadas utilizando o critério do custo médio ponderado de aquisição.

**e) Provisão para depreciação de existências**

A provisão para depreciação de existências reflecte a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas por baixa rotação, obsolescência e deterioração (Notas 30 e 46).

**f) Provisão para cobranças duvidosas**

A provisão para cobranças duvidosas é constituída tendo por base a estimativa de perdas, totais ou parciais, pela não cobrança de contas a receber de clientes (Nota 46).

**g) Títulos negociáveis**

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são valorizados ao custo de aquisição, o qual não excede o respectivo valor de mercado (Nota 51).



#### **h) Acréscimos e diferimentos**

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 52) são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que ocorrem. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados com base na valorização do tráfego realmente ocorrido (Nota 52). As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

#### **i) Provisão para outros riscos e encargos**

Esta provisão reflecte, essencialmente a aplicação do método de equivalência patrimonial em associadas cuja desvalorização excede o capital investido, provisões destinadas a fazer face a imparidade de determinados activos e aos planos de “stock options” e outros incentivos a colaboradores (Nota 46). Estas últimas responsabilidades são registadas nos períodos durante os quais se espera que influenciem a motivação e permanência dos colaboradores na Empresa.

#### **j) Imposto sobre lucros**

O Grupo reconhece os impostos diferidos de acordo com a Directriz Contabilística nº 28, aplicando o método do balanço (Nota 38).

Os impostos diferidos activos decorrentes de perdas fiscais reportáveis são reconhecidos quando exista expectativa fundamentada e razoável, tendo em conta o grau de implementação dos planos de negócios e da existência de lucros tributáveis no período de utilização dos prejuízos fiscais (actualmente 6 anos).

#### **k) Activos e passivos expressos em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são relevadas ao câmbio do dia de cada operação.

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos, para Euro, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço (Nota 24). Nos casos em que os saldos no fim do exercício estão regulados por contratos de compra a prazo de moeda estrangeira, a taxa de câmbio definida nesses contratos é utilizada para converter as suas componentes em Euro.

As diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data do balanço foram registadas nos resultados financeiros (Nota 44).

#### **l) Classificação do balanço**

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, no realizável e no passivo a médio e longo prazo (Nota 54).

#### **m) Instrumentos financeiros e gestão de risco**

Os encargos com operações de “swap” de taxa de juro são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas (Nota 54).

#### **n) Trespases e diferenças de consolidação**

As diferenças de consolidação, que correspondem à diferença entre o valor de aquisição e o valor atribuível aos activos líquidos adquiridos, são registadas em rubrica autónoma dos capitais próprios.

Até 31 de Dezembro de 2000 estas diferenças eram relevadas em rubrica autónoma do imobilizado incorpóreo (Diferenças de consolidação) e amortizadas em quotas constantes por duodécimos durante o período estimado para a recuperação dos investimentos financeiros respectivos (10 anos) (Notas 10, 11, 14 e 53).

#### **o) Custos financeiros capitalizados**

Os custos financeiros de empréstimos destinados ao financiamento de certas imobilizações relevantes, são capitalizados durante o período anterior à entrada em funcionamento dessas imobilizações (Notas 27 e 28).

As notas seguintes respeitam a numeração sequencial estipulada pelo Plano Oficial de Contabilidade aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de Novembro, modificado pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho. As notas cujo número não figura neste Anexo não são aplicáveis à Empresa ou é irrelevante a sua apresentação.

### **1. Empresas incluídas na consolidação**

As empresas incluídas na consolidação, em 30 de Junho de 2002 e 2001, são as seguintes:

Firma (Marca)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Total	Directo	Total
Empresa-mãe: Sonae.com, S.G.P.S., S.A. (“SonaeCom”)	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-

Firma (Marca)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Total	Directo	Total
Subsidiárias: Bikini, Portal de Mulheres, S.A. (“Bikini”)	Maia	Desenvolvimento, agregação e disponibilização de conteúdos e informação de interesse principal para mulheres.	Sonae Matrix	100%	100%	-	-
Clixgest – Internet e Conteúdos, S.A. (“Clixgest” – usando a marca “Clix”)	Maia	Desenvolvimento de todas as actividades relacionadas com as tecnologias de informação e multimédia, nomeadamente internet, conteúdos e comércio electrónico.	SonaeCom	56,67%	56,67%	56,67%	56,67%
Douro – Centro de Produções Artísticas, Lda. (“Douro”)	Matosinhos	Concepção e produção de filmes, cinema, vídeo, comerciais, documentários, trilhas sonoras, para rádio e TV, assessoria, comercialização e promoção de vendas de eventos e espectáculos artísticos e culturais.	Sonae Matrix	100%	100%	-	-
Enabler – Informática, S.A. (“Enabler”) Ex- Celdata – Informática, S.A. (“Celdata”)	Maia	Prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informação.	SonaeCom	100%	100%	100%	100%
Fun Online – Actividades Lúdicas, S.A. (“Fun Online” – usando a marca “Level”)	Maia	Desenvolvimento, organização e realização de jogos, eventos e outras actividades lúdicas online.	Sonae Matrix	100%	100%	-	-
Harpa Beheer BV (“Harpa”)	Amsterdão	Gestão de participações sociais.	Público	100%	99,99%	100%	99,99%
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. (“Miauger”)	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos “on- line” de produtos e serviços.	Sonae Matrix	70%	70%	-	-
Move On, S.G.P.S., S.A. (“Move On”)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing.	Sonae.com Ventures	100%	100%	-	-
Novis Telecom, S.A. (“Novis”)	Maia	Instalação, manutenção e exploração de equipamentos de processamento de informação e de telecomunicações, gestão de redes e fornecimento de informação e de serviços de valor acrescentado.	SonaeCom	50%	50%	56,67%	56,67%
			Sonae.com Ventures	6,67%	6,67%	-	-
Optimus – Telecomunicações, S.A. (“Optimus”)	Maia	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Sonae Telecom	45,89%	45,89%	45%	45%

Firma (Marca)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Total	Directo	Total
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. (“Per-Mar”)	Loures	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus	100%	45,89%	100%	45%
Público – Comunicação Social, S.A. (“Público”)	Porto	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaetelecom BV	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Público.pt – Serviços Digitais Multimédia, S.A. (“Público.pt”)	Maia	Divulgação de produtos e serviços em formato electrónico, divulgação de informação multimédia e promoção de negócios em ambiente digital.	Sonaetelecom BV	-	-	66,75%	66,75%
			Harpa	-	-	33,25%	33,25%
			Público	100%	99,99%	-	-
Santo Bosque – Espaço de Entretenimento, Lda. (“Santo Bosque”)	Matosinhos	Organização, promoção e produção de espectáculos, eventos e actualidades culturais, recreativas e de entretenimento; locação temporária de espaços, equipamentos e prestação de serviços; a gestão de meios publicitários e promocionais; edição de publicações; gestão e exploração de estabelecimentos de restauração e a prestação de serviços ou venda de produtos conexos com as actividades atrás indicadas.	Sonae Matrix	92,9%	92,9%	-	-
			Douro	7,1%	7,1%	-	-
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. (“S.I.R.S.” – usando a marca “Rádio Nova”)	Porto	Actividade de radiodifusão sonora.	Público	90%	89,99%	-	-
Sonae Matrix Multimédia, S.G.P.S., S.A. (“Sonae Matrix”)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia.	SonaeCom	100%	100%	100%	100%
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (“Sonae Telecom”)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações móveis.	SonaeCom	100%	100%	100%	100%
Sonae.com Ventures, S.G.P.S., S.A. (“Sonae.com Ventures”)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	SonaeCom	100%	100%	-	-
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	SonaeCom	100%	100%	100%	100%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. (“We Do”)	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaetelecom BV	100%	100%	100%	100%
XS – Comunicação, Informação e Lazer, S.A. (“XS” – usando a marca “Xis”)	Maia	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas, concretizada através da revista Xis.	Público	100%	99,99%	-	-

Todas as empresas foram incluídas na consolidação ao abrigo da alínea a) do nº1 do artº 1º do Decreto-Lei nº 238/91 (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa). Em virtude dos estatutos da Optimus, a SonaeCom, apesar de deter apenas 45,89% da referida empresa, detém 51% dos direitos de voto (Nota introdutória).

As empresas Bikini, Douro, Fun Online, Miauger, Move On, Santo Bosque, S.I.R.S. e XS foram incluídas pela primeira vez na consolidação da SonaeCom no semestre findo em 30 de Junho de 2002, tendo sido excluídas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 por imaterialidade, ao abrigo do nº 1 do art.º 4º do Decreto-Lei nº 238/91.

A empresa Sonae.com Ventures foi incluída pela primeira vez na consolidação da SonaeCom no segundo semestre do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, tendo sido anteriormente excluída por imaterialidade, ao abrigo do nº 1 do art.º 4º do Decreto-Lei nº 238/91.

## 2. Empresas excluídas da consolidação

As empresas excluídas da consolidação, em 30 de Junho de 2002 e 2001, são as seguintes:

Firma (Marca)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Total	Directo	Total
Best Offer – Prestação de Informações pela Internet, S.A. (“Best Offer” – usando a marca “Crediglobal”)	Maia	Criação, operação e desenvolvimento de páginas electrónicas na internet, que agreguem conteúdos e permitam a prestação de serviços de informação aos utilizadores.	Portais Verticais	-	-	40%	20%
			Sonae.com Ventures	-	-	60%	60%
Contacto Útil – Serviços de Gestão de Atendimento a Clientes, S.A. (“Contacto Útil”)	Maia	Criação e gestão de centros de atendimento a clientes e call centers, incluindo a detenção do respectivo equipamento e restante infraestrutura associada.	Optimus	100%	45,89%	100%	45%
Enabler Brasil, Ltda. (“Enabler Brasil”)	Curitiba - Paraná	Exploração comercial de software, desenvolvido pela empresa ou por terceiros; prestação de serviços técnicos de consultoria relacionada com software; participação em outras sociedades.	Enabler	100%	100%	100%	100%
Enabler UK, Limited (“Enabler UK”)	Reino Unido	Prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informação.	Enabler	67,5%	67,5%	70%	70%
Investimento Directo – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. (“Investimento Directo” – usando a marca “Atrium”)	Lisboa	Intermediação na compra e venda de bens mobiliários.	SonaeCom	55%	55%	55%	55%

Firma (Marca)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Total	Directo	Total
Lotes – Vendas e Leilões na Internet, Lda. (“Lotes”)	Almada	Comercialização de produtos e serviços na internet, através de leilões ou preço fixo.	Miauger	-	-	100%	70%
M3G – Edições Digitais, S.A. (“M3G”)	Lisboa	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na internet.	Público.pt	100%	99,99%	70%	69,99%
Retailbox BV (“Retailbox”)	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaetelecom BV	100%	100%	-	-
Sonae Telecom, S.A.	Madrid	Inactiva.	SonaeCom	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. (“We Do Brasil”)	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware. Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99%	99%	-	-

Todas as empresas foram excluídas da consolidação por imaterialidade ao abrigo do nº 1 do art.º 4º do Decreto - Lei nº 238/91. A Investimento Directo foi excluída da consolidação pelo método integral mas incluída pelo método de equivalência patrimonial, dada a sua actividade diferenciada do resto do Grupo, conforme previsto no nº4 do artº 4º do Decreto-Lei nº 238/91. As empresas excluídas, com a excepção da Investimento Directo, foram registadas ao custo de aquisição, ou ao valor estimado de realização, quando mais baixo (Nota introdutória c)).

As empresas Enabler Brasil, Enabler UK e We Do Brasil foram excluídas por imaterialidade apesar de se manterem em actividade comercial corrente, dado o reduzido período e volume de actividade. As restantes empresas excluídas por imaterialidade estão inactivas.

A empresa Best Offer foi alienada à Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A., pelas participadas Sonae.com Ventures e Portais Verticais, em 31 de Dezembro de 2001.

As empresas Retailbox e We Do Brasil foram constituídas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 e durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, respectivamente (Nota 14).

A empresa Lotes foi, em 27 de Dezembro de 2001, objecto de fusão por incorporação na Miauger, com efeitos contabilísticos produzidos a partir de 1 de Outubro de 2001.

### 3. Empresas associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As empresas associadas, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial (Nota introdutória c) e 18), em 30 de Junho de 2002 e 2001, são as seguintes:

Firma (Marca)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Total	Directo	Total
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" – usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	SonaeCom	-	-	45%	45%
			Sonae.com Ventures	45%	45%	-	-
Exit Travel – Agência de Viagens e Turismo Online, S.A. ("Exit")	Maia	Prestação de serviços de agência de viagens, turismo e lazer, através da internet.	Portais Verticais	75%	37,5%	75%	37,5%
Myplace – Conteúdos Imobiliários na Internet, S.A. ("Myplace" – usando a marca "Casaglobal")	Maia	Criação e desenvolvimento de um portal na internet que agregue centralmente informação relativa à compra e venda de imóveis, bem como a criação de conteúdos relacionados.	Portais Verticais	66,67%	33,33%	100%	50%
Net Mall, S.G.P.S., S.A. ("Net Mall")	Maia	Gestão de participações sociais.	Move On	50%	50%	-	-
Portais Verticais.com, S.G.P.S., S.A. ("Portais Verticais")	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio dos portais verticais.	Sonae Matrix	50%	50%	50%	50%
Produções Digitais Online, S.A. ("Prodigio")	Matosinhos	Prestação de serviços e comercialização de produtos no domínio da comunicação audiovisual, gráfica e telecomunicações.	Sonaetelecom BV	49%	49%	49%	49%
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ("Unipress")	V.N.Gaia	Comércio e indústria de artes gráficas e edição de publicações	Público	40%	40%	40%	40%

A empresa Net Mall foi pela primeira vez contabilizada pelo método da equivalência patrimonial no semestre findo em 30 de Junho de 2002, não o tendo sido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 por imaterialidade.

#### 4. Empresas associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As empresas associadas, não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, em 30 de Junho de 2002 e 2001, são as seguintes:

Firma (Marca)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Total	Directo	Total
Global S – Centro Comercial, Lda.	Matosinhos	Prestação de serviços de tecnologias de informação, para a promoção e gestão de centros comerciais multimédia. Exploração de centro comercial (Global Shop).	Global S	99,7%	25%	99,7%	25%
Global S – Consultadoria Empresarial, Lda.	Matosinhos	Produção, desenvolvimento, prestação de serviços e consultadoria nas áreas de criação de empresas de venda a retalho.	Global S	100%	25,1%	75%	19%
			Global S - Hipermercado	-	-	25%	4,7%
Global S – Distribuição e Logística, Lda.	Matosinhos	Distribuição de produtos, logística e gestão de armazéns e frota; prestação de serviços e consultadoria na área da distribuição e logística.	Global S	100%	25,1%	75%	19%
			Global S – Hipermercado	-	-	25%	4,7%
Global S – Hipermercado, Lda.	Matosinhos	Comércio a retalho, com predominância de produtos alimentares, bebidas e bens para o lar, através de diversos canais físicos ou virtuais, nomeadamente através de internet, TV e catálogo.	Global S	-	-	75%	19%
			Global S - Distribuição	-	-	25%	4,7%
Global S – Marketing e Serviços, Lda.	Matosinhos	Consultadoria e prestação de serviços em marketing e publicidade.	Global S	75%	19%	75%	19%
Global S, S.G.P.S., S.A. (“Global S” – usando a marca “Global Shop”)	Matosinhos	Gestão de participações sociais.	Net Mall	50,1%	25,1%	50,1%	25,1%
Global S – Tecnologias de Informação, Lda.	Matosinhos	Desenvolvimento, produção, comercialização, formação e prestação de serviços no âmbito das tecnologias de informação, comunicação e segurança.	Global S	66,7%	17%	66,7%	17%
Modelo.com – Vendas por Correspondência, S.A. (“Modelo.com”) Ex- Escolha Directa – Vendas por Correspondência, S.A. (“Escolha Directa”)	Maia	Comércio a retalho por correspondência.	Sonaatelecom BV	-	-	25%	25%
Situs – Exploração de Torres de Telecomunicações e Sites, S.A. (“Situs”)	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus	50%	22,95%	-	-
Web.com, Software e Soluções Internet, S.A. (“Web.com”)	Lisboa	Produção de software e soluções para a internet e a intranet, comercialização de produtos informáticos, produção e publicação de conteúdos online.	Prodígio	100%	49%	-	-



Todas estas empresas foram excluídas da consolidação, por imaterialidade, ao abrigo do nº 1 do art.º 4º do Decreto - Lei nº 238/91, encontrando-se registadas ao custo de aquisição ou valor estimado de realização, quando mais baixo (Nota introdutória c)).

Em 31 de Dezembro de 2001, a Sonaetelecom BV alienou a sua participação de 25% na Modelo.com (ex-Escolha Directa) à Modelo Continente, S.G.P.S., S.A..

A empresa Web.com foi adquirida pela participada Prodígio, em 14 de Novembro de 2001.

Em 9 de Janeiro de 2002, a Global S, S.G.P.S., S.A. alienou a sua participação de 75% na Global S – Hipermercado, Lda. e a Global S – Distribuição, Lda. alienou a sua participação de 25% na mesma empresa, à Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A (Nota 14).

A empresa Situs foi constituída pela participada Optimus, em 19 de Abril de 2002 (Nota 14).

## 7. Trabalhadores ao serviço

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, o número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, era como segue:

Por actividade			Por categoria profissional		
	2002	2001		2002	2001
Rede Móvel	1.086	1.046	Quadros	318	514
Rede Fixa	357	482	Técnicos	1.938	1.564
Multimédia e Internet	543	503	Administrativos	409	480
Sist. de informação	633	492			
Outras	46	35			
TOTAL	<u>2.665</u>	<u>2.558</u>	TOTAL	<u>2.665</u>	<u>2.558</u>

Os colaboradores incluídos em outras actividades desempenham as suas funções sobretudo nas “holdings” do Grupo.

## 10. Diferenças de consolidação

### 10. a) Diferenças de consolidação positivas

O valor das diferenças de consolidação positivas, verificadas até 30 de Junho de 2002, bem como as amortizações acumuladas registadas até 31 de Dezembro de 2000 (Nota introdutória n)), foram como segue:

<b>Subsidiária</b>	<b>Data</b>	<b>Valor Bruto</b>	<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>Valor Líquido</b>
Novis	Jan-98	11.996	5.437	6.559
IP Global	Mai-99 a Mai-02	7.483.295	908.864	6.574.431
Per-Mar	Dez-99	78.755	7.876	70.879
Harpa	Abr-00	698	55	643
Público.pt	Abr-00	450.015	33.753	416.262
Público	Abr-00	45.977.115	3.448.285	42.528.830
Prodígio	Jun-00 a Nov-01	560.721	20.840	539.881
Enabler (ex- Celdata)	Jul-00	2.206.752	110.334	2.096.418
Investimento Directo	Dez-00	2.095.020	13.393	2.081.627
Sidra	Jan-01	1.274.980	-	1.274.980
S.I.R.S.	Abr-00	233.017	-	233.017
Douro	Mai-01	319.748	-	319.748
Santo Bosque	Mai-01	234.971	-	234.971
Lotes	Dez-00	1.234.943	-	1.234.943
		<u>62.162.026</u>	<u>4.548.837</u>	<u>57.613.189</u>

Em Maio de 2002, a Novis efectuou um pagamento adicional, no âmbito do contrato de aquisição da IP Global, no montante de Euro 399.038.

No semestre findo em 30 de Junho de 2002, foram incluídas pela primeira vez na consolidação da SonaeCom as empresas S.I.R.S., Douro e Santo Bosque, adquiridas em anos anteriores, tendo sido registadas as diferenças de consolidação correspondentes. Foi também incluída pela primeira vez na consolidação a empresa Miauger e, consequentemente, considerada a diferença de consolidação relativa à sua participada Lotes, adquirida em 2001 e objecto de uma fusão por incorporação nesse ano.

O valor líquido das diferenças de consolidação, à data de 31 de Dezembro de 2000, foi transferido para Outras Reservas. O valor bruto das diferenças de consolidação geradas em 2001 e no primeiro semestre de 2002 foi também transferido para Outras Reservas, não tendo sido, nesses períodos, registadas quaisquer amortizações (Notas introdutória n), 11, 14 e 53).

#### **10. b) Diferenças de consolidação negativas**

O valor das diferenças de consolidação negativas, verificadas até 30 de Junho de 2002, foi como segue:

<b>Subsidiária</b>	<b>Data</b>	<b>Valor bruto</b>
Novis	Set-97	50.478
Per-Mar	Out-98	1.926
		<u>52.404</u>

As diferenças de consolidação negativas, acima discriminadas, reflectem a diferença negativa entre o valor de aquisição e o correspondente valor contabilístico, tendo sido, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, transferidas para a rubrica de Outras reservas (Notas introdutória n) e 53).

## 11. Disposições do POC derogadas no semestre

A política contabilística utilizada, a partir de 1 de Janeiro de 2001, no tratamento das diferenças de consolidação (Nota introdutória n)) constitui uma derrogação dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Notas introdutória n), 10.a), 14 e 53). Os efeitos desta alteração de critério contabilístico estão indicados na Nota 14.

## 14. Comparabilidade das demonstrações financeiras

### Alterações de perímetro de consolidação

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, foram incluídas pela primeira vez no perímetro de consolidação, pelo método integral, as empresas Bikini, Douro, Fun Online, Miauger, Move On, Santo Bosque, S.I.R.S. e XS (Nota 1). Foi também incluída pela primeira vez no perímetro de consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, a associada Net Mall (Nota 3).

### Alterações de critérios contabilísticos

Até 31 de Dezembro de 2000, as diferenças de consolidação eram relevadas em rubrica autónoma do imobilizado incorpóreo e amortizadas em quotas constantes por duodécimos durante o período estimado para a recuperação dos investimentos financeiros respectivos (normalmente 10 anos). A partir de 1 de Janeiro de 2001 passaram a ser registadas directamente nos capitais próprios como uma redução do saldo da rubrica “Outras Reservas”. Em virtude da anulação do valor líquido contabilístico das Diferenças de consolidação existentes a 31 de Dezembro de 2001, o imobilizado incorpóreo e as outras reservas foram reduzidos em Euro 48.835.595 (Notas introdutória n), 10.a), 11 e 53). No semestre findo em 30 de Junho de 2002 foram constatadas Diferenças de consolidação no valor de Euro 2.860.770, as quais foram registadas como diminuição de Outras Reservas (Nota 53). Em consequência, os capitais próprios e as imobilizações incorpóreas apresentados em 30 de Junho de 2002 são inferiores em Euro 48.359.003 aos que resultariam da aplicação do anterior critério, considerando já o efeito no resultado líquido do semestre da não amortização de todas as diferenças de consolidação que é de Euro 3.094.800 e as amortizações referentes a anos anteriores.

O impacto destas alterações pode também apresentar-se da seguinte forma:

	<b>Valor</b>
Valor líquido das diferenças de consolidação em 31 de Dezembro de 2000	52.826.269
Diferenças de consolidação geradas em 2001	1.926.150
Amortizações referentes a 2001	(5.916.824)
Diferenças de consolidação geradas no primeiro semestre de 2002	2.860.770
Amortizações referentes ao primeiro semestre de 2002	(3.094.800)
Amortizações referentes a anos anteriores das diferenças de consolidação geradas no primeiro semestre de 2002	(242.562)
Valor líquido das diferenças de consolidação em 30 de Junho de 2002	<u>48.359.003</u>

### Alterações ocorridas no Grupo

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, verificaram-se as seguintes alterações no Grupo:

#### 14. a) Constituições

Participante	Participada	Data	Valor capital	% Participação
We Do	We Do Brasil	12-Dez-01	4.792	99%
Optimus	Situs	19-Abr-02	50.000	50%

#### 14. b) Operações internas

Compradora	Vendedora	Participada	Data	% Aquisição	% Participação
Global S	Global S - Hipermercado	Global S – Consultadoria Empresarial	18-Dez-01	25%	100%
Global S	Global S - Hipermercado	Global S – Distribuição e Logística	18-Dez-01	25%	100%

#### 14. c) Alienações

Vendedora	Compradora	Participada	Data	% Alienação	% Participação
Global S	Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.	Global S – Hipermercado, Lda.	9-Jan-02	75%	-
Global S – Distribuição e Logística, Lda.	Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.	Global S – Hipermercado, Lda.	9-Jan-02	25%	-
Enabler	Paul Ivens	Enabler UK	28-Fev-02	2,5%	67,5%
Investimento Directo	Diversas entidades	Euronext NV	12 a 19-Jun-02	0,0034%	-

#### 14. d) Prestações Suplementares

Participante	Participada	Data	Valor	% Participação
Sonae Matrix	Portais Verticais	Mai-02	1.180.000	50%

#### 14. e) Coberturas de prejuízos

Participante	Participada	Data	Valor	% Participação
Sonaetelecom BV	Público	Mai-02	508.000	99,99%
Público	Público.pt	Mai-02	1.050.000	100%
SonaeCom	Sonae Matrix	Mai-02	2.370.000	100%
Público	XS	Mai-02	1.175.000	100%
SonaeCom	Sonae.com Ventures	Mai-02	1.170.000	100%
Sonae Matrix	Bikini	Mai-02	915.000	100%
Sonae Matrix	Fun Online	Mai-02	695.000	100%
Sonae Matrix	Douro	Mai-02	335.000	100%
Sonaetelecom BV	We Do	Mai-02	190.000	100%
Sonae Matrix	Miauger	Mai-02	1.600.000	70%

#### 18. Opção utilizada na contabilização de participações em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (Notas introdutória c) e 3), com a exceção do mencionado na Nota 4.

Os investimentos em empresas associadas que não são considerados materialmente relevantes são registados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, se mais baixo.

De acordo com o referido método, a diferença entre o respectivo custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios da empresa participada à data de aquisição é considerada diferença de consolidação (Notas 10 e 14). Os resultados líquidos apurados pelas empresas participadas são registados, a partir da data de aquisição, como ganhos ou perdas na demonstração dos resultados (Nota 44).

#### 21. Compromissos financeiros não incluídos no balanço consolidado

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros era como segue:

	2002	2001
Investimento da área técnica	58.072.305	70.894.869
Investimento em sistemas de informação	7.226.585	9.169.118
	<u>65.298.890</u>	<u>80.063.987</u>

## 22. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de Junho de 2002 e 2001, tinha a seguinte composição :

Beneficiário da garantia	Descrição	2002	2001
Banco Europeu de Investimento	Financiamento	249.398.000	249.398.000
ABN AMRO Bank, NV, CISF-Banco de Investimento, S.A. e Banco Europeu de Investimento	Penhor de 51% das acções da Optimus para garantia de um financiamento desta participada (Notas 34 e 54)	64.624.860	48.668.917
Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA, quase exclusivamente da filial Clixgest	2.685.197	15.792.470
ANACOM (a)	Licença UMTS	2.493.989	2.493.989
ANACOM (a)	Licença GSM	349.159	1.047.476
ANACOM (a)	Licença Rede Fixa	648.437	648.437
Lisgráfica (b)	Acções dos processos n.ºs 3768A e 820/95	1.708.847	1.708.847
Imosalgest	Contratos de arrendamento	-	559.038
Tribunal Trabalho Lisboa	Processo de execução n.º 199A/92	271.511	271.511
Fazenda Pública Porto	Processo de execução fiscal n.º 3190/98	209.495	209.495
Outros		540.848	294.281
		<u>322.930.343</u>	<u>321.092.461</u>

(a) Autoridade Nacional de Comunicações (anteriormente ICP – Instituto de Comunicações de Portugal)

(b) O processo judicial que envolveu a filial Público e a Lisgráfica e motivou a garantia acima referida, encontra-se resolvido por mútuo acordo. Em 30 de Junho de 2002, esta garantia não foi ainda cancelada, por razões processuais.

## 23. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos utilizados

As bases de apresentação e os critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se divulgadas na Nota introdutória ao presente anexo.

## 24. Cotações utilizadas

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio (expressas em Euro) para converter para Euro os activos e passivos expressos em moeda estrangeira (Nota introdutória k)):

	2002	2001
USD	1,00251	1,17924
GBP	1,53893	1,65810
CHF	0,67930	0,65669
REAL	0,35512	0,50970
SDR	1,33380	1,46891

## 25. Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, estas rubricas (Nota introdutória a)) tinham a seguinte composição (ver também Nota 27):

	2002	2001
Despesas de funcionamento anteriores ao início de actividade das filiais	20.550.046	43.958.514
Campanhas de publicidade	17.677.170	20.042.557
Estudos de marketing e vendas	13.954.328	20.760.571
Consultadoria relacionada com a instalação das empresas e o desenvolvimento dos negócios	12.500.809	17.730.918
Serviços de informática e desenvolvimento de software	4.339.049	9.564.647
Desenvolvimento de novos projectos	3.061.796	2.733.210
Serviços Técnicos	2.315.435	2.426.387
Despesas com o IPO da SonaeCom	1.646.133	1.646.133
Desenvolvimento da rede e de sistemas	735.255	9.147.037
Estudo de admissão a concurso de licença de operador	785.771	785.771
Estudos de desenvolvimento da rede móvel	652.853	3.810.038
Formação	-	667.841
Outras despesas de instalação	5.536.750	5.759.481
Outras despesas de investigação e desenvolvimento	505.028	1.413.075
	<u>84.260.423</u>	<u>140.446.180</u>

Durante o primeiro semestre de 2002, a filial Novis reclassificou Euro 1.550.446 correspondentes a consultadoria associada ao desenvolvimento da rede, de imobilizado incorpóreo para corpóreo. Em resultado desta reclassificação, as amortizações praticadas no primeiro semestre de 2002 foram reduzidas em Euro 25.674. A filial Novis procedeu ainda ao abate de Despesas de instalação e investigação e desenvolvimento, totalmente amortizadas, no valor de Euro 240.859.

No mesmo período, as filiais Optimus, Douro, Santo Bosque, Per-Mar e Público procederam ao abate de Despesas de instalação e investigação e desenvolvimento totalmente amortizadas, no valor total de Euro 24.320.688.

Durante o segundo semestre de 2001 a filial Optimus tinha já procedido ao abate de Despesas de instalação totalmente amortizadas, no valor de Euro 31.679.932.

## 27. Movimento do activo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002 foram os seguintes:

<b>Activo bruto</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Novas Empresas</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Transferências</b>	<b>Alienações e Abates</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação	96.958.944	6.162.171	579.458	(1.096.792)	(24.354.340)	78.249.441
Despesas de investigação e desenvolvimento	5.600.748	19.204	228.225	1.262.083	(1.099.278)	6.010.982
Propriedade industrial e outros direitos	3.876.104	206.212	45.907	20.292	(10.650)	4.137.865
Imobilizações em curso	122.574.736	4.435	13.879.086	(13.261.260)	-	123.196.997
	<u>229.010.532</u>	<u>6.392.022</u>	<u>14.732.676</u>	<u>(13.075.677)</u>	<u>(25.464.268)</u>	<u>211.595.285</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais	774.389	-	-	-	-	774.389
Edifícios e outras construções	130.271.234	343.281	3.691.333	10.593.346	(803.045)	144.096.149
Equipamento básico	485.134.391	3.457.683	8.415.607	17.092.700	(1.019.598)	513.080.783
Equipamento de transporte	137.866	26.889	230.573	-	(232.457)	162.871
Ferramentas e utensílios	1.124.923	14.826	6.153	22.927	(215)	1.168.614
Equipamento administrativo	139.809.750	466.402	6.255.366	22.783.749	(2.823.571)	166.491.696
Outras imobilizações corpóreas	1.067.211	61.704	226.497	-	-	1.355.412
Imobilizações em curso	38.893.551	80.041	35.791.607	(37.417.045)	(202.556)	37.145.598
	<u>797.213.315</u>	<u>4.450.826</u>	<u>54.617.136</u>	<u>13.075.677</u>	<u>(5.081.442)</u>	<u>864.275.512</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital empresas grupo	7.641.353	-	-	(1.930.611)	(57)	5.710.685
Empréstimos a empresas grupo	14.344.547	-	-	(14.090.493)	-	254.054
Partes capital empres. associadas	2.359.235	-	-	(752.938)	-	1.606.297
Empréstimos a empres. associadas	6.747.577	573.741	252.400	-	(1.805.000)	5.768.718
Empréstimos a outras empresas participadas	24.316	-	254.689	-	(138.009)	140.996
Títulos e outras aplic. financeiras	12.890.303	-	1.179.998	-	-	14.070.301
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	100.000	-	51.695	(29.883)	(75.000)	46.812
	<u>44.107.331</u>	<u>573.741</u>	<u>1.738.782</u>	<u>(16.803.925)</u>	<u>(2.018.066)</u>	<u>27.597.863</u>
<b>Amortizações e provisões</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Novas Empresas</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Transferências</b>	<b>Alienações e Abates</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação	62.465.759	661.934	12.530.180	(416.869)	(24.287.948)	50.953.056
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.460.468	19.204	1.118.442	(181.563)	(1.181.121)	3.235.430
Propriedade industrial e outros direitos	2.454.821	39.637	538.390	-	(10.665)	3.022.183
	<u>68.381.048</u>	<u>720.775</u>	<u>14.187.012</u>	<u>(598.432)</u>	<u>(25.479.734)</u>	<u>57.210.669</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Edifícios e outras construções	29.727.652	184.504	7.405.039	-	(29.325)	37.287.870
Equipamento básico	126.203.990	855.372	31.364.876	169.669	(890.730)	157.703.177
Equipamento de transporte	85.047	21.118	12.009	-	(1.093)	117.081
Ferramentas e utensílios	716.277	12.859	134.049	-	(3.314)	859.871
Equipamento administrativo	63.614.059	202.545	21.382.677	428.763	(2.687.902)	82.940.142
Outras imobilizações corpóreas	208.308	61.704	138.401	-	(1.098)	407.315
	<u>220.555.333</u>	<u>1.338.102</u>	<u>60.437.051</u>	<u>598.432</u>	<u>(3.613.462)</u>	<u>279.315.456</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital empresas grupo	4.010.523	-	-	(4.010.523)	-	-
Empréstimos a empres. associadas	-	573.741	-	(573.741)	-	-
Títulos e outras aplic. financeiras	-	-	2.500.000	-	-	2.500.000
	<u>4.010.523</u>	<u>573.741</u>	<u>2.500.000</u>	<u>(4.584.264)</u>	<u>-</u>	<u>2.500.000</u>



A coluna relativa a Novas empresas refere-se aos saldos iniciais respeitantes às empresas incluídas pela primeira vez na consolidação (Miauger, XS, Bikini, Fun Online, Douro, Santo Bosque, Move On e S.I.R.S.).

Os aumentos de amortizações encontram-se registados na rubrica Amortizações do exercício (Euro 73.637.748) e em Custos extraordinários – aumentos de amortizações (Euro 986.315) (Nota 45). Os aumentos de provisões para investimentos financeiros encontram-se registados em Custos financeiros (Euro 2.500.000) (Nota 44).

### **Imobilizações incorpóreas e corpóreas**

Os principais movimentos nos activos incorpóreos e corpóreos (Notas introdutórias a) e b)), foram os seguintes:

<b>Rubrica</b>	<b>Descrição dos principais itens</b>	<b>Aumentos / (Diminuições)</b>
Despesas de instalação	Despesas incorridas no período de arranque das filiais incluídas pela primeira vez na consolidação deste semestre.	6.162.171
Despesas de instalação	Abate de imobilizações incorpóreas, na sua maioria, totalmente amortizadas.	(24.354.340)
Despesas de instalação	Reclassificação de imobilizado incorpóreo para corpóreo de investimento em desenvolvimento da rede de comunicações própria da Novis e software.	(1.096.792)
Despesas de investigação e desenvolvimento	Abate de despesas totalmente amortizadas.	(1.099.278)
Imobilizações em curso (incorpóreas)	Investimentos em desenvolvimento da rede e software, transferidos na sua maioria para imobilizado corpóreo.	(13.261.260)
Edifícios e outras construções	Os aumentos e transferências incluem, sobretudo, a componente de construção civil das centrais de transmissão.	14.284.679
Equipamento básico	Os aumentos e transferências referem-se essencialmente a equipamento técnico das centrais de transmissão e desenvolvimento da rede.	25.508.307
Equipamento administrativo	Os aumentos e transferências referem-se essencialmente ao investimento em software e hardware e aos telemóveis cedidos aos clientes em regime de comodato.	29.039.115

### Imobilizado em curso

O Imobilizado em curso apresentava, em 30 de Junho de 2002 e 2001, a seguinte composição:

	2002	2001
<b>Incorpóreo :</b>		
Licença UMTS (1)	99.759.579	99.759.579
Estudos de desenvolvimento da rede - UMTS (1) e GPRS (2), incluindo encargos financeiros capitalizados (Nota introdutória o) e 28)	22.286.843	23.650.395
Desenvolvimento de novos projectos	890.209	938.820
Consultadoria associada a novos produtos e serviços	240.351	-
Licenciamento de software	-	1.854.020
Outras despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento	20.015	381.606
	<u>123.196.997</u>	<u>126.584.420</u>
<b>Corpóreo :</b>		
Desenvolvimento da rede móvel	28.097.649	33.989.532
Desenvolvimento da rede fixa	6.193.328	2.454.867
Desenvolvimento de software	2.279.437	7.234.269
Obras em edifícios	95.415	1.792.667
Outros projectos em curso	479.769	309.972
	<u>37.145.598</u>	<u>45.781.307</u>

(1) Universal Mobile Telecommunications Service

(2) General Packet Radio System

Durante o ano de 2001, a ANACOM tomou a decisão de adiar por um ano o início da prestação de serviços de telecomunicações móveis utilizando a tecnologia UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service). O Conselho de Administração da SonaeCom mantém a confiança na viabilidade económica e financeira dos investimentos efectuados e a efectuar, tendo por base o esperado sucesso comercial dos serviços baseados na tecnologia UMTS.

Durante o primeiro semestre de 2002, foram reclassificados Euro 5.973.231 de custos associados ao desenvolvimento da rede UMTS e GPRS, que estavam em 31 de Dezembro de 2001 classificados em imobilizado em curso incorpóreo, para imobilizado em curso corpóreo.

### Investimentos financeiros

A rubrica Partes de capital em empresas do grupo apresenta, em 30 de Junho de 2002 e 2001, a seguinte composição:

	2002	2001
Investimento Directo	5.248.919	5.511.772
M3G	299.363	35.000
Sonae Telecom, S.A.	60.275	60.275
Contacto Útil	50.000	50.000
Enabler Brasil	25.700	-
Retailbox	20.000	-
We Do Brasil	4.883	-
Enabler UK	1.545	1.601
Douro	-	279.714
S.I.R.S.	-	226.358
XS	-	150.000
Santo Bosque	-	117.326
Move On	-	50.000
Bikini	-	50.000
Fun Online	-	50.000
Miauger	-	35.000
Sonae.com Ventures	-	50.000
	5.710.685	6.667.046

Conforme referido na Nota 2, a Investimento Directo foi excluída da consolidação por ter uma actividade diferenciada (nº 4 do art. 4º do Decreto-Lei nº 238/91), encontrando-se registada pelo método da equivalência patrimonial (Notas introdutória c) e 2).

Conforme referido na Nota 1, as filiais Douro, S.I.R.S., XS, Santo Bosque, Move On, Bikini, Fun Online e Miauger foram incluídas pela primeira vez na consolidação no semestre findo em 30 de Junho de 2002, e a filial Sonae.com Ventures foi incluída pela primeira vez na consolidação no segundo semestre de 2001.

A rubrica Partes de capital em empresas associadas apresenta, em 30 de Junho de 2002 e 2001, a seguinte composição:

	2002	2001
Unipress	682.486	646.437
Digitmarket	600.470	3.000.166
Prodígio	298.341	232.509
Situs	25.000	-
Modelo.com (ex-Escolha Directa)	-	1.147.235
Portais Verticais	-	603.319
	1.606.297	5.629.666

A rubrica Empréstimos a empresas do grupo apresenta, em 30 de Junho de 2002 e 2001, a seguinte composição:

	<b>2002</b>	<b>2001</b>
Enabler Brasil	154.197	-
Enabler UK	99.857	-
Miauger	-	4.149.998
Sonae.com Ventures	-	356.964
Santo Bosque	-	74.820
S.I.R.S.	-	134.676
Move On	-	1.027.704
	<b>254.054</b>	<b>5.744.162</b>

A rubrica Empréstimos a empresas associadas apresenta, em 30 de Junho de 2002 e 2001, a seguinte composição:

	<b>2002</b>	<b>2001</b>
Portais Verticais	3.360.142	5.342.250
Digitmarket	1.582.436	1.245.748
Net Mall	826.140	-
	<b>5.768.718</b>	<b>6.587.998</b>

A rubrica Empréstimos a outras empresas participadas apresenta, em 30 de Junho de 2002 e 2001, a seguinte composição:

	<b>2002</b>	<b>2001</b>
Altitude Software, BV	116.680	-
SESI – Sociedade de Ensino Superior e Investigação, S.A.	24.316	-
	<b>140.996</b>	<b>-</b>

A rubrica Títulos e outras aplicações financeiras apresenta, em 30 de Junho de 2002 e 2001, a seguinte composição:

	<b>%</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>
Altitude Software, BV	6,305%	10.000.000	10.000.000
Despegar.com	5,9%	2.539.229	2.539.229
Portais Verticais (Nota 14 d))	50%	1.180.000	-
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	1,38%	197.343	197.344
SESI – Sociedade de Ensino Superior e Investigação, S.A.	9,75%	146.248	146.248
NP – Notícias Portugal, Cooperativa de Utentes de Serviços de Informação, C.R.L.	2,7%	7.481	7.482
		<b>14.070.301</b>	<b>12.890.303</b>

## **28. Custos financeiros capitalizados**

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, foram capitalizados juros suportados e outros encargos financeiros com o financiamento destinado ao pagamento da licença UMTS obtida pela filial Optimus, bem como posteriores investimentos da mesma filial no desenvolvimento do projecto UMTS. O valor dos custos financeiros capitalizados no semestre findo em 30 de Junho de 2002 ascende a Euro 2.000.004, tendo sido reflectidos, quase na totalidade, em Imobilizado incorpóreo em curso (Notas introdutória o) e 27).

## **30. Diferenças entre custo de aquisição e preço de mercado em elementos do activo circulante**

Em 30 de Junho de 2002, a provisão para depreciação de existências reflecte a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado de telemóveis em armazém (Nota introdutória e)).

## **33. Dívidas vincendas a mais de 5 anos**

Em 30 de Junho de 2002, o valor dos empréstimos bancários de longo prazo a serem reembolsados a mais de 5 anos é de Euro 112.229.424 (Nota 54).

## **34. Dívidas cobertas por garantias reais**

Em 30 de Junho de 2002, 51% das acções da Optimus detidas pela Sonae Telecom estavam penhoradas para garantia de um financiamento desta participada (Nota 54). O valor contabilístico destas acções, àquela data, ascendia a Euro 64.834.368 (Nota 22), sendo o valor do empréstimo, também naquela data, de Euro 400.000.000 (Nota 54.a)).

### 36. Vendas e prestações de serviços por mercados

As vendas e prestações de serviços realizadas nos semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, distribuíram-se por mercados geográficos da seguinte forma:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
<b>Mercado interno</b>		
Vendas de mercadorias e produtos	30.714.002	44.481.657
Prestação de serviços	<u>330.824.199</u>	<u>274.210.591</u>
	<u>361.538.201</u>	<u>318.692.248</u>
<b>Mercado externo</b>		
Prestação de serviços	<u>18.982.937</u>	<u>11.902.315</u>

As prestações de serviços para o mercado externo respeitam sobretudo à filial Optimus e referem-se à facturação de “roaming” a operadores internacionais.

### 38. Impostos diferidos

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base no resultado líquido ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando cada uma das subsidiárias isoladamente.

Conforme a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de seis anos, podendo ser deduzidos a lucros fiscais apurados nesse período.

Tendo em conta a maturidade e o cumprimento dos Planos de Negócios das filiais Optimus, Clixgest e Público, foram registados nestas empresas, os Impostos diferidos activos decorrentes dos prejuízos fiscais reportáveis e das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, de acordo com a Directriz Contabilística nº 28, pelo método do Balanço (Nota introdutória j)) e uma vez que existem expectativas razoáveis e fundamentadas da recuperabilidade daqueles prejuízos fiscais através do cumprimento dos planos de negócios e de operações financeiras.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, os movimentos no valor dos impostos diferidos activos, cujos reforços e registos se referem a prejuízos fiscais reportáveis e outras diferenças temporárias, foram como se segue:

	<u>Valor</u>
Impostos diferidos activos em 31 de Dezembro de 2001	44.128.272
Prejuízos tributáveis e diferenças temporárias na Optimus	6.628.060
Correcção à estimativa da matéria tributável de 2001 da Optimus	1.139.773
Prejuízos tributáveis e diferenças temporárias na Público	615.289
Prejuízos tributáveis e diferenças temporárias na Clixgest	1.138.006
Ajustamento de harmonização das taxas de amortização da Público com as taxas adoptadas ao nível do Grupo	(263.411)
Impostos diferidos activos em 30 de Junho de 2002 (Nota 52)	<u>53.385.989</u>

Em 30 de Junho de 2002, os impostos diferidos activos foram calculados utilizando uma taxa de imposto agregada (incluindo derrama) de 33%.

A correcção à estimativa da matéria tributável do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 da filial Optimus diz respeito, essencialmente, à subavaliação do valor dos benefícios fiscais referentes a 2001, apurados de forma definitiva em Maio de 2002.

Em 30 de Junho de 2002, os prejuízos fiscais reportáveis das filiais Novis e Público.pt ascendem a aproximadamente Euro 179.514.054 e Euro 4.840.901, respectivamente. Dado o estado inicial de implementação dos planos de negócios e do mercado de publicidade on-line, no caso do Público.pt, não foram reconhecidos os impostos diferidos activos correspondentes, que ascenderiam a Euro 59.239.638 e Euro 1.597.497, respectivamente.

Os impostos diferidos activos em 30 de Junho de 2002, no montante de Euro 53.385.989, incluem um valor de Euro 8.293.661 relativo aos prejuízos tributáveis de 1998 da filial Optimus, que terá que ser utilizado até ao final de 2004.

Em 30 de Junho de 2002, encontravam-se ainda registados impostos diferidos passivos no valor de Euro 273.872, relativos à reserva de reavaliação da filial Per-Mar (Notas 41 e 42).

### **39. Remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração da empresa-mãe**

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração da SonaeCom, nas empresas incluídas na consolidação, durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, ascenderam a Euro 808.120.

### **41. Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação**

A reavaliação efectuada no imóvel detido pela Per-Mar (Nota 42), registada em 31 de Dezembro de 1998, baseou-se numa avaliação do valor de mercado efectuada em Janeiro de 1999, por uma entidade independente e especializada. Em Dezembro de 2000, foi efectuada nova avaliação que confirmou o valor considerado.

#### 42. Quadro discriminativo das reavaliações

Em 30 de Junho de 2002, o valor dos activos reavaliados (Nota 41), líquidos de amortizações, era como segue:

	<b>Custos históricos</b>	<b>Reavaliações</b>	<b>Valores contabilísticos reavaliados</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>			
Terrenos e recursos naturais	480.093	294.296	774.389
Edifícios e outras construções	105.987.221	821.058	106.808.279
Equipamento básico	355.377.606	-	355.377.606
Equipamento de transporte	45.790	-	45.790
Ferramentas e utensílios	308.743	-	308.743
Equipamento administrativo	83.551.554	-	83.551.554
Outras imobilizações corpóreas	948.097	-	948.097
Imobilizações em curso	37.145.598	-	37.145.598
	<u>583.844.702</u>	<u>1.115.354</u>	<u>584.960.056</u>

#### 44. Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Os resultados financeiros, dos semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

	<b>2002</b>	<b>2001</b>
<b>Custos e perdas:</b>		
Juros suportados (Nota 54)	9.284.649	10.506.310
Provisões para investimentos financeiros (Nota 46)	2.500.000	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis (Nota introdutória k)	70.321	145.205
Descontos de pronto pagamento concedidos	150.998	215.222
Perdas relativas a empresas associadas (Notas 3, 18 e 27)	554.742	906.489
Outros custos e perdas financeiras	3.866.770	3.140.115
Resultados financeiros	<u>(14.696.364)</u>	<u>(11.951.938)</u>
	<u>1.731.116</u>	<u>2.961.403</u>
<b>Proveitos e ganhos:</b>		
Juros obtidos	831.387	2.697.274
Ganhos relativos a empresas associadas (Notas 3, 18 e 27)	782.588	40.589
Diferenças de câmbio favoráveis (Nota introdutória k)	107.630	162.661
Descontos de pronto pagamento obtidos	9.126	60.879
Outros proveitos e ganhos financeiros	385	-
	<u>1.731.116</u>	<u>2.961.403</u>

O valor de perdas relativas a empresas associadas, no primeiro semestre de 2002, decorre da aplicação do método da equivalência patrimonial na valorização da participação na Digitmarket.



O valor de ganhos relativos a empresas associadas, no primeiro semestre de 2002, decorre da aplicação do método da equivalência patrimonial na valorização das participações na Investimento Directo (Euro 555.976), Unipress (Euro 40.200) e Prodígio (Euro 6.326), e da distribuição de dividendos da Enabler UK (Euro 180.086).

Os outros custos e perdas financeiros, no valor de Euro 3.866.770, dizem respeito quase integralmente à filial Optimus e referem-se sobretudo a comissões devidas pela utilização por clientes Optimus de Terminais de Pagamento Automático nas lojas próprias e em terminais Multibanco e a encargos com a garantia bancária associada ao financiamento de médio e longo prazo (Notas 22 e 54).

Os juros obtidos incluem Euro 548.100 referentes à operação financeira de curto prazo concedida à Sonae (Nota 51).

#### 45. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Os resultados extraordinários, dos semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

	2002	2001
<b>Custos e perdas:</b>		
Donativos	172.543	64.310
Dívidas incobráveis	8.529	952.923
Perdas em existências	1.748.594	1.433.385
Perdas em imobilizações	233.151	42.299
Multas e penalidades	306.728	66.120
Aumento de amortizações e provisões (Notas 27 e 46)	2.186.315	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.901.365	413.140
Outros custos e perdas extraordinárias	912.373	34.314
Resultados extraordinários	(5.601.206)	643.871
	<u>2.868.392</u>	<u>3.650.362</u>
<b>Proveitos e ganhos:</b>		
Restituição de impostos	29.265	44.303
Recuperação de dívidas	30.075	-
Ganhos em existências	339.340	485.930
Ganhos em imobilizações	328.550	46.148
Benefícios de penalidades contratuais	51.103	219.948
Reduções em amortizações e provisões (Nota 46)	1.784.467	2.101.990
Correcções relativas a exercícios anteriores	206.977	740.418
Outras proveitos e ganhos extraordinários	98.615	11.625
	<u>2.868.392</u>	<u>3.650.362</u>

O valor das dívidas incobráveis de 2001 refere-se, principalmente, a um cliente da filial Público, cuja dívida foi considerada incobrável.

As perdas em existências dizem quase integralmente respeito a abates e quebras de inventário registadas na filial Optimus. Os ganhos em existências dizem respeito à mesma filial e referem-se sobretudo a sobras de inventário.

O aumento de amortizações e provisões refere-se à amortização extraordinária de custos com a remodelação e beneficiação de um edifício arrendado pela filial Novis, na sequência da rescisão do respectivo contrato de arrendamento, no valor de Euro 986.315 (Nota 27), e à provisão para perdas decorrentes da imparidade de activos, no valor de Euro 1.200.000.

As reduções de amortizações e provisões dizem respeito, principalmente, à anulação parcial da provisão para depreciação de existências na filial Optimus (Nota 46) e à utilização parcial da provisão para outros riscos e encargos na filial Público (Nota 46).

As correcções relativas a exercícios anteriores incluem correcções ao tráfego, às vendas de mercadorias e outros custos.

Os outros custos e perdas extraordinários incluem Euro 894.621 relativos a indemnizações pagas no âmbito do redimensionamento dos efectivos da filial Público, com a correspondente anulação da provisão constituída no exercício anterior registada em Proveitos Extraordinários.

#### 46. Movimento ocorrido nas provisões

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Novas Empresas</u>	<u>Aumento</u>	<u>Utilização e Redução</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão para cobranças duvidosas	43.215.993	135.637	13.500.143	(1.485.986)	55.365.787
Provisão para depreciação de existências	6.480.262	-	3.856.006	(1.153.028)	9.183.240
Provisão para riscos e encargos	2.301.420	162.109	4.951.311	(622.904)	6.791.936
Provisão para investimentos financeiros	<u>4.010.523</u>	<u>573.741</u>	<u>2.500.000</u>	<u>(4.584.264)</u>	<u>2.500.000</u>
	<u>56.008.198</u>	<u>871.487</u>	<u>24.807.460</u>	<u>(7.846.182)</u>	<u>73.840.963</u>

A redução da Provisão para cobranças duvidosas (Nota introdutória p)) diz respeito essencialmente à emissão de notas de crédito a clientes, que se encontravam provisionadas em 31 de Dezembro de 2001.

A redução da Provisão para depreciação de existências (Nota introdutória e)) diz respeito ao abate de material deteriorado, que se encontrava provisionado em 31 de Dezembro de 2001, no montante de Euro 1.153.028.

O aumento da Provisão para riscos e encargos (Nota introdutória i)) refere-se essencialmente à provisão para perdas decorrentes da imparidade de activos (Euro 1.200.000), à reclassificação de provisões para investimentos financeiros para esta rubrica, no montante de Euro 1.836.000, relativo a provisões constituídas no ano anterior e a provisões resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial em associadas, quando a perda resultante excede o valor investido (Euro 1.655.311).

A redução na Provisão para investimentos financeiros refere-se essencialmente à utilização dos valores constituídos no ano anterior, que se destinava a filiais que, este semestre, passaram a ser incluídas na consolidação e à reclassificação referida no parágrafo anterior.

## 50. Estado e outros entes públicos

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2002		2001	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o rendimento	1.060.544	1.110.723	441.027	1.262.402
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3.498.569	7.464.644	8.933.891	1.073.625
Contribuições para a Segurança Social	-	2.991.894	-	2.552.028
Retenções de imposto sobre o rendimento	-	2.094.790	-	1.962.570
Outros	296.770	23.163	275.831	96.626
	<u>4.855.883</u>	<u>13.685.214</u>	<u>9.650.749</u>	<u>6.947.251</u>

O valor do Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar em 2002 refere-se essencialmente ao imposto suportado nos investimentos das subsidiárias Novis, Clixgest e Público.pt. Em 2001, esta rubrica referia-se às subsidiárias Novis e Clixgest.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas durante um período de quatro anos desde 1998 (cinco anos até 1997, inclusivé e dez anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 1997, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

## 51. Títulos negociáveis

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria (Nota introdutória g)), no valor de Euro 24.144.783, em 30 de Junho de 2002, inclui operações financeiras de curto prazo concedidas pela SonaeCom à Sonae, no montante de Euro 23.985.004. Estas operações são reembolsáveis logo que solicitado, vencendo juros a taxas de mercado (Nota 44).

## 52. Acréscimos e diferimentos

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, os saldos registados em acréscimos e diferimentos (Nota introdutória h)) eram como segue:

	<b>2002</b>	<b>2001</b>
<b>Acréscimos de proveitos:</b>		
Facturação a emitir a operadores nacionais	51.512.851	61.645.123
Facturação a emitir a clientes por prestação de serviços	22.192.546	30.135.153
Facturação a emitir a operadores internacionais	2.308.029	2.055.548
Juros a receber	590.814	2.469.677
Descontos de quantidade	215.039	320.782
Outros acréscimos de proveitos	1.447.156	4.457.354
	<b>78.266.435</b>	<b>101.083.637</b>
<b>Custos diferidos:</b>		
Custos de angariação de clientes (1)	219.485.731	215.552.116
Rendas e alugueres	5.406.808	4.282.529
Encargos com financiamento	2.955.184	2.973.782
Lojas de agentes	2.209.967	2.674.203
Valores a debitar	1.145.762	-
Trabalhos especializados	1.010.345	1.583.567
Indemnizações relativas a contratos de arrendamento	599.950	686.616
Consultoria	32.460	2.010.644
Outros custos diferidos	4.331.892	3.587.038
	<b>237.178.099</b>	<b>233.350.495</b>
<b>Activos por impostos diferidos (Nota 38)</b>	<b>53.385.989</b>	<b>38.176.241</b>
<b>Acréscimos de custos:</b>		
Facturação a emitir por operadores nacionais	53.307.933	22.446.885
Custos com o pessoal	21.499.276	20.103.720
Comissões concedidas a agentes	11.500.244	13.910.327
Trabalhos especializados	5.474.499	3.987.938
Publicidade e propaganda	3.036.405	2.416.267
Encargos financeiros a pagar	1.981.367	1.022.386
Facturação a emitir por operadores internacionais	1.313.834	2.039.021
Comunicação	956.682	926.210
Outros fornecimentos e serviços externos	829.743	4.422.813
Descontos de quantidade	565.087	550.215
Taxas a pagar à ANACOM	141.818	720.000
Outros acréscimos de custos	3.511.734	4.501.343
	<b>104.118.622</b>	<b>77.047.125</b>
<b>Proveitos diferidos:</b>		
Receitas antecipadas de clientes	18.875.634	15.850.926
Outros proveitos diferidos	892.642	200.690
	<b>19.768.276</b>	<b>16.051.616</b>
<b>Passivos por impostos diferidos (Nota 38)</b>	<b>273.872</b>	<b>298.346</b>

(1) Em 30 de Junho de 2002, inclui Euro 10.434.686 relativos a contratos de fidelização de clientes e que são reconhecidos como custo durante o período dos respectivos contratos.

No semestre findo em 30 de Junho de 2002 foram diferidos custos de angariação de clientes no montante de Euro 48.924.152 (Euro 66.072.568, em Junho de 2001), tendo sido reconhecidos no semestre, na rubrica de Fornecimentos e serviços externos (Nota 55), custos de angariação anteriormente diferidos, no montante de Euro 62.162.619 (Euro 49.539.895, em Junho de 2001).

Os custos de angariação de clientes incluem uma parcela dos custos de produtos e dos custos comerciais, nomeadamente custos com publicidade e comissões atribuídas aos agentes distribuidores. Estes custos são diferidos e reconhecidos durante o período de vigência do contrato ou o período estimado de retenção do cliente que é, em média, de aproximadamente 3 anos. O custo de angariação dos clientes é, na sua maior parte, reconhecido a uma taxa degressiva, de acordo com informação estatística relativa à retenção dos clientes.

### 53. Capital próprio

#### Capital

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, o capital da SonaeCom estava representado por 181.000.000 acções ordinárias escriturais, ao portador, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2002		2001	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sonae Investments BV	118.600.000	65,53%	100.500.000	55,53%
Sonae	24.692.135	13,64%	42.792.135	23,64%
Acções dispersas em Bolsa	37.707.865	20,83%	37.707.865	20,83%
	<u>181.000.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>181.000.000</u>	<u>100,00%</u>

#### Movimentos ocorridos nos capitais próprios consolidados

	Valor
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2001	301.919.876
Entrada de novas empresas, incluindo anulação de provisão para investimentos financeiros (Notas 1 e 46)	(3.547.596)
Abate do valor líquido das diferenças de consolidação geradas no primeiro semestre de 2002 (Notas 10 e 14)	(2.860.770)
Ajustamento da partilha da diferença de consolidação da IP Global de 2000 e 2001 (Nota 59)	661.659
Partilha da diferença de consolidação da IP Global de 2002 (Nota 59)	172.903
Outras variações	297.667
Resultado líquido consolidado do semestre	(38.062.289)
Capital próprio em 30 de Junho de 2002	<u>258.581.450</u>

## Outras reservas

O valor da rubrica Outras reservas, em 30 de Junho de 2002, reflecte, essencialmente, o valor das diferenças de consolidação líquidas das respectivas amortizações, no montante de Euro 57.613.189 (Notas introdutória n), 10.a), 11 e 14). Além disso, reflecte os resultados transitados negativos do Grupo, cujo valor ascende a Euro 148.139.077 e, em sentido contrário, os prémios de emissão de acções realizados nas participações na Optimus e na Novis, que ascendem a Euro 40.896.269.

## 54. Dívidas a instituições de crédito

O valor de dívidas a instituições de crédito, em 30 de Junho de 2002, era como se segue:

	<b>Curto prazo</b>	<b>Médio e longo prazo</b>		<b>Total</b>
		<b>&lt; 5 anos</b>	<b>&gt;5 anos</b>	
Empréstimo de médio e longo prazo com sindicato bancário (Optimus)	63.311.800	224.458.776	112.229.424	336.688.200
Financiamento intercalar da licença UMTS (Optimus)	100.000.000	-	-	-
Empréstimos bancários de curto prazo (principalmente Novis e Optimus)	70.032.925	-	-	-
	<u>233.344.725</u>	<u>224.458.776</u>	<u>112.229.424</u>	<u>336.688.200</u>

### 54. a) Contrato de financiamento de longo prazo da subsidiária Optimus

Em 30 de Julho de 1999, a subsidiária Optimus celebrou um contrato de financiamento de longo prazo (9,5 anos), no valor de Euro 400.000.000. O sindicato bancário é composto por um conjunto alargado de instituições financeiras internacionais e nacionais e ainda pelo Banco Europeu de Investimento. Os limites negociados e os respectivos saldos, em 30 de Junho de 2002, são os seguintes:

	<b>Limites negociados</b>	<b>Curto prazo</b>	<b>Médio e Longo prazo</b>
Banco Europeu de Investimento	249.398.000	24.939.800	224.458.200
Sindicato bancário	124.700.000	12.470.000	112.230.000
“Revolving credit facility”	25.902.000	25.902.000	-
	<u>400.000.000</u>	<u>63.311.800</u>	<u>336.688.200</u>

## Taxa de juro

A taxa de juro é indexada à Euribor em função da performance financeira da Optimus, nomeadamente em relação ao rácio de “*Debt to Cash EBITDA*” (relação entre o montante de endividamento da Optimus e os resultados antes de encargos financeiros, impostos, depreciações e amortizações, e antes do efeito das capitalizações e diferimentos de custos, bem como do reconhecimento no exercício dos custos diferidos anteriormente).

### **Prazo de reembolso**

Os montantes utilizados ao abrigo da linha de financiamento de longo prazo serão reembolsados em treze amortizações semestrais crescentes, com início em 15 de Dezembro de 2002.

Em 30 de Junho de 2002, as dívidas a instituições de crédito classificadas a médio e longo prazo (Nota introdutória I)) tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

	<b>Valor</b>
Data de vencimento:	
15-Dez-2003	28.057.347
15-Jun-2004	28.057.347
15-Dez-2004	28.057.347
15-Jun-2005	28.057.347
15-Dez-2005	28.057.347
15-Jun-2006	28.057.347
15-Dez-2006	28.057.347
15-Jun-2007	28.057.347
15-Dez-2007	37.409.808
15-Jun-2008	37.409.808
15-Dez-2008	37.409.808
	<u>336.688.200</u>

### **Garantias**

O cumprimento das obrigações do empréstimo foi garantido pelos accionistas com uma parte das acções da Optimus. Consequentemente, 51% das acções detidas pela filial Sonae Telecom estavam penhoradas para garantia do financiamento. O valor contabilístico destas acções, a 30 de Junho de 2002, ascendia a Euro 64.834.368 (Notas 22 e 34).

### **Cobertura do risco de taxa de juro**

Por forma a reduzir a exposição a potenciais subidas da taxa Euribor e face à evolução recente desta indexante, a filial Optimus decidiu contratar, em 31 de Maio de 2001, com efeito a partir de 15 de Setembro desse ano, uma operação de cobertura de risco (Swap de taxa de juro) de uma parte do valor do financiamento - Euro 65.000.000, pelo prazo de nove meses. A operação foi encerrada em 17 de Junho de 2002, tendo sido registadas perdas no montante de Euro 334.024 (Nota introdutória m)).

### **54. b) Financiamento da licença UMTS**

No sentido de financiar a licença UMTS, a Optimus contratou, em Dezembro de 2000, com um conjunto de seis instituições financeiras, um financiamento intercalar de Euro 100.000.000, pelo prazo de dezoito meses. Estes financiamentos vencem juros mensais a taxas indexadas à Euribor (Nota 28), sendo o reembolso efectuado em apenas uma tranche, no final do período contratado. O prazo inicialmente contratado (Junho de 2002), foi prorrogado por três meses, no âmbito do processo de refinanciamento (Nota 54.d)).

**54. c) Financiamento de curto prazo**

	<u>Subsidiária</u>	<u>Financiamento</u>	<u>Valor</u>
Curto prazo	Optimus	Banco Europeu de Investimento	24.939.800
		Sindicato bancário	12.470.000
		“Revolving credit facility”	25.902.000
Intercalar	Optimus		100.000.000
Descobertos	Várias		70.032.925
			<u>233.344.725</u>

**54. d) Refinanciamento**

A filial Optimus encontra-se actualmente num processo de refinanciamento das suas linhas de crédito de curto e longo prazo. Estima-se que este processo esteja finalizado em Setembro do corrente exercício.



## 55. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 a rubrica de Fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte composição:

	2002	2001
Custos de interligação	97.715.814	74.931.657
Custos de angariação de clientes (Nota 52)	62.162.619	49.539.895
Aluguer de circuitos	27.666.360	23.200.972
Rendas e alugueres	12.536.598	13.234.041
Conservação e reparação	8.702.382	6.536.189
Publicidade e propaganda	8.573.119	4.286.257
Outros trabalhos especializados	7.801.305	7.519.657
Serviços de informática	5.223.938	5.411.880
Serviços de call center	4.841.273	6.283.502
Comunicações	3.503.427	3.479.424
Gráfica e custos relacionados	3.300.328	2.704.964
Outros subcontratos	2.757.906	1.190.555
Deslocações e estadas	2.416.851	3.311.045
Electricidade	2.304.813	1.864.915
Comissões	1.633.184	1.916.736
Consultadoria	1.518.541	1.811.338
Honorários	1.408.407	1.054.974
Vigilância e segurança	1.213.565	1.465.285
Transporte de mercadorias	857.069	1.085.876
Limpeza, higiene e conforto	814.683	918.628
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	711.283	1.472.675
Conteúdos	669.813	507.344
Apoio logístico	572.775	627.459
Comparticipação de lojas de agentes	554.236	436.862
Comunicação de voz indirecta	451.179	459.236
Outros	2.725.857	4.103.578
	<u>262.637.325</u>	<u>219.354.944</u>

## 56. Informações por segmentos de actividade

Em 30 de Junho de 2002, os contributos dos segmentos principais para a Demonstração de Resultados consolidada, eram como segue:

Rubrica	Rede Móvel	Rede Fixa	Multimédia e Internet	Sistemas de Informação	Outros	Total
Vendas e prestações de serviços	292.441.483	23.887.063	38.818.136	25.092.484	281.972	380.521.138
EBITDA (1)	53.283.671	(13.602.396)	(1.806.910)	4.008.820	(2.803.694)	39.079.491
Custos capitalizados	4.259.890	327.122	75.114	-	-	4.662.126
Custos diferidos	43.077.408	4.316.078	1.530.666	-	-	48.924.152
Reconhecimento de custos diferidos	56.894.129	4.274.345	994.145	-	-	62.162.619
Cash EBITDA (2)	62.840.502	(13.971.251)	(2.418.545)	4.008.820	(2.803.694)	47.655.832
Amortizações e provisões	60.484.286	20.225.122	4.983.170	2.350.306	2.062.621	90.105.505
Resultado operacional	(7.200.615)	(33.827.518)	(6.790.081)	1.658.515	(4.866.315)	(51.026.014)
Resultado financeiro (excluindo ganhos e perdas em associadas)	(11.381.870)	(1.465.505)	(303.181)	37.993	(1.811.647)	(14.924.210)
Ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas	-	-	40.200	180.086	7.560	227.846
Resultado extraordinário	(2.181.648)	(1.840.428)	(37.603)	(337.772)	(1.203.755)	(5.601.206)
Resultados antes de impostos	(20.764.133)	(37.136.845)	(7.090.360)	1.541.911	(7.874.157)	(71.323.584)
Resultado líquido com os Interesses minoritários	(12.996.299)	(37.185.671)	(5.421.565)	479.892	(8.160.347)	(63.283.990)

(1) Resultados operacionais antes de amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo e provisões.

(2) EBITDA (1) ajustado pela eliminação do efeito das capitalizações e diferimentos de custos de angariação de clientes, bem como do reconhecimento no exercício dos custos de angariação de clientes diferidos anteriormente.

Em 30 de Junho de 2002, os contributos dos segmentos principais para o Balanço consolidado, eram como segue:

Rubrica	Rede Móvel	Rede Fixa	Multimédia e Internet	Sistemas de Informação	Outros	Total
<b>Activo:</b>						
Imobilizado						
Incorpóreo	128.066.462	14.921.041	8.199.814	1.350.740	1.846.559	154.384.616
Corpóreo	480.153.562	76.864.817	14.740.336	8.886.680	4.314.661	584.960.056
Financeiro	245.566	-	1.186.675	332.994	23.332.628	25.097.863
Existências	21.478.193	165.452	1.090.868	-	534	22.735.047
Outros activos	455.380.662	47.325.645	26.236.692	13.609.587	26.543.622	569.096.208
Total do activo	<u>1.085.324.445</u>	<u>139.276.955</u>	<u>51.454.385</u>	<u>24.180.001</u>	<u>56.038.004</u>	<u>1.356.273.790</u>
<b>Passivo:</b>						
Dívidas a terceiros						
Médio e longo prazo	336.688.200	-	-	-	-	336.688.200
Curto prazo	318.535.241	94.970.384	16.260.306	12.708.070	1.282.668	443.756.669
Outros passivos	97.053.816	12.050.964	6.692.953	7.300.856	7.854.117	130.952.706
Total do passivo	<u>752.277.257</u>	<u>107.021.348</u>	<u>22.953.259</u>	<u>20.008.926</u>	<u>9.136.785</u>	<u>911.397.575</u>

## 57. Contributos das empresas para o consolidado

O contributo de cada empresa incluída na consolidação para alguns saldos consolidados da SonaeCom, neste semestre, era como segue:

Rubrica	Optimus	Novis	Público	Clixgest	Outras	Total
Activo líquido	1.085.324.445	156.307.013	17.026.114	16.375.473	81.240.745	1.356.273.790
Interesses minoritários	171.994.138	6.020.425	111	7.751.185	528.906	186.294.765
Vendas e prestações de serviços	292.441.483	41.167.532	16.875.243	17.264.463	12.772.417	380.521.138
Resultado operacional	(7.200.615)	(34.511.821)	(609.966)	(2.959.873)	(5.743.739)	(51.026.014)
Amortizações e provisões	60.484.286	23.168.969	1.031.945	1.166.101	4.254.204	90.105.505
Resultado líquido	(6.076.791)	(20.846.374)	(537.844)	(767.439)	(9.833.841)	(38.062.289)
EBITDA (1)	53.283.671	(11.342.852)	421.979	(1.793.772)	(1.489.535)	39.079.491
Custos capitalizados	4.259.890	327.122	-	7.296	67.818	4.662.126
Custos diferidos	43.077.408	4.316.078	-	1.530.666	-	48.924.152
Reconhecimento de custos diferidos	56.894.129	4.274.345	-	994.145	-	62.162.619
Cash EBITDA (2)	62.840.502	(11.711.707)	421.979	(2.337.589)	(1.557.353)	47.655.832

- (1) Resultados operacionais antes de amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo e provisões.
- (2) EBITDA (1) ajustado pela eliminação do efeito das capitalizações e diferimentos de custos de angariação de clientes, bem como do reconhecimento no exercício dos custos de angariação de clientes diferidos anteriormente.

O contributo de outras empresas para o activo líquido consolidado é composto como segue :

	Valor
Aplicações de tesouraria da SonaeCom (Nota 51)	23.985.004
Imobilizado financeiro da Sonaetelecom BV	10.474.247
Activos líquidos da Enabler	7.971.318
Imobilizado líquido da SonaeCom	6.499.655
Activos líquidos da Sonae Matrix	6.045.187
Activos líquidos da We Do	4.513.656
Activos líquidos da Público.pt	3.969.739
Activos líquidos da Per-Mar	3.370.698
Imobilizado líquido da Fun Online	2.874.912
Activos líquidos da Miauger	2.301.601
Imobilizado líquido da Bikini	2.229.336
Outros	7.005.392
	<u>81.240.745</u>

O contributo de outras empresas para as vendas e prestações de serviços diz respeito essencialmente às empresas Enabler e We Do.

## 58. Reconciliação do resultado consolidado com resultados individuais

	Resultado líquido	Movimentos em trânsito	Margens intra-grupo	Interesses Minoritários	Outros	Resultado consolidado
SonaeCom	(3.121.070)	41.798	(2.641.367)	-	4.056.434	(1.664.205)
Optimus	(12.943.287)	(27.360)	(13.901)	6.919.458	(11.751)	(6.076.841)
Novis	(41.351.370)	(4.035)	2.585.658	17.245.930	677.443	(20.846.374)
Clixgest	(2.326.690)	(105.928)	630.794	1.046.319	(11.934)	(767.439)
Público	(1.249.224)	16.389	425.816	96	269.079	(537.844)
Público.pt	(1.256.200)	(37.469)	123.862	-	(37.987)	(1.207.794)
We Do	857.704	(4.656)	(1.173.228)	-	140.511	(179.669)
Enabler	2.166.913	(109.638)	234.393	-	27.166	2.318.834
Per-Mar	3.945	-	(63.668)	(2.135)	-	(61.858)
Sonaetelecom BV	(23.775)	6.365	1.229	-	(2.499.888)	(2.516.069)
Sonae Telecom	(40.262)	251	(71.407)	-	-	(111.418)
Sonae Matrix	(333.553)	44.989	(248.652)	-	(2.161.735)	(2.698.951)
Sonae.com Ventures	(72.463)	88	62.990	-	(554.742)	(564.127)
Harpa	(25.251)	-	1.221	-	-	(24.030)
Miauger	(753.893)	(2.907)	16.258	-	58.664	(681.878)
XS	(703.252)	(4.153)	53.518	-	-	(653.887)
Bikini	(581.222)	(1.056)	95.049	-	-	(487.229)
Fun Online	(993.665)	10.455	277.263	-	-	(705.947)
Douro	(143.109)	-	52.612	-	-	(90.497)
Santo Bosque	(63.714)	-	(15.698)	-	-	(79.412)
Move On	(511.919)	2.453	31.081	-	126.470	(351.915)
S.I.R.S.	(125.933)	6.108	34.053	11.983	-	(73.789)
	<u>(63.591.290)</u>	<u>(168.306)</u>	<u>397.876</u>	<u>25.221.651</u>	<u>77.730</u>	<u>(38.062.339)</u>

A coluna Outros refere-se, essencialmente, à reposição dos movimentos em trânsito de 2001, anulação de amortizações de trespasses das contas individuais e aos custos e proveitos resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 44).

## 59. Interesses minoritários

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, esta rubrica de balanço (Nota introdutória) apresentava a seguinte composição:

	% minoritários	2002	2001
Optimus	54,11%	171.994.138	136.276.052
Novis	43,33%	6.020.425	5.872.413
Per-Mar	54,11%	515.618	442.686
Clixgest	43,33%	7.751.185	5.143.872
Público	0,01%	111	148
S.I.R.S.	10,00%	13.288	-
		<u>186.294.765</u>	<u>147.735.171</u>

Os lucros/(perdas) atribuíveis a Interesses minoritários (Nota introdutória), nos semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, são como segue:

	<b>%</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>
	<b>minoritários</b>		
Optimus	54,11%	(6.919.508)	(7.856.573)
Novis	43,33%	(17.245.930)	(14.930.287)
Per-Mar	54,11%	2.135	(2.905)
Clixgest	43,33%	(1.046.319)	(2.008.202)
Público	0,01%	(96)	(141)
S.I.R.S.	10,00%	(11.983)	-
		<u>(25.221.701)</u>	<u>(24.798.108)</u>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no semestre findo em 30 de Junho de 2002, foram os seguintes:

	<b>Valor</b>
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2001	212.325.770
Entrada no perímetro da S.I.R.S.	25.271
Diferença de consolidação da IP Global de 2002 atribuível a interesses minoritários	(172.903)
Diferença de consolidação da IP Global de 2000 e 2001 atribuível a interesses minoritários	(661.659)
Outras variações	(13)
Resultado líquido do semestre atribuível a interesses minoritários	(25.221.701)
Interesses minoritários em 30 de Junho de 2002	<u>186.294.765</u>

## 60. Contingências

i) Foi instaurado, no decurso do ano de 2000, um processo à Maxistar - Comunicações Pessoais, S.A., (“Maxistar”) pelos restantes accionistas da Optimus, por violação de uma cláusula do Acordo Parassocial, reclamando estes o direito ao exercício da opção de compra das acções detidas por aquela accionista, por 70% do seu valor nominal. Por sua vez a accionista Maxistar instaurou um processo pela alegada violação de outra disposição do Acordo Parassocial contra os restantes accionistas da Optimus, reclamando também o direito do exercício da opção de compra das acções da Optimus detidas por estas empresas, por 70% do seu valor nominal. É entendimento destes accionistas que a fundamentação apresentada é destituída de qualquer razão. O processo encontra-se pendente de apreciação pelo Tribunal Arbitral.

ii) Foi recebida na Optimus uma citação prévia, pelo Tribunal da Comarca de Lisboa – 15ª Vara Cível relativa a uma acção da Oniway – Infocomunicações, S.A. contra a Optimus e a Vodafone Telecel, Comunicações Pessoais, S.A. requerendo uma indemnização no valor de 46 milhões de euros por recusa de estabelecimento de interligação com aquela empresa. É convicção do Conselho de Administração da Optimus de que esta acção será julgada improcedente.

## **61. Outros factos relevantes**

i) No decorrer do primeiro semestre de 2002, foi efectuado um acordo de parceria entre a filial Optimus e a Vodafone ao abrigo do qual as duas sociedades acordaram na constituição e controlo conjunto, em partes iguais, da Situs – Exploração de Torres de Telecomunicações e Sites, S.A. (“Situs”). Esta empresa assegurará, em benefício comum da Optimus e da Vodafone, a gestão integrada das infra-estruturas onde se encontrem, ou venham a ser instalados, equipamentos de telecomunicações das duas empresas. A criação da Situs proporciona condições para a minimização do impacto ambiental das infra-estruturas de rede, gerando poupanças significativas em termos de investimento e custos para os dois operadores. Estima-se que o início de actividade tenha lugar no terceiro trimestre do corrente ano com a transferência para esta sociedade dos correspondentes bens. Contudo, a implementação desta “joint-venture” está ainda sujeita à conclusão definitiva dos termos do acordo entre as duas empresas.

ii) Em 21 de Fevereiro de 2001, a ANACOM deliberou alterar o regime de repartição de receitas e custos originados pelo tráfego de Internet, entre a PT – Comunicações, S.A. (“PT”) e os ISP (Internet Service Providers). No actual regime, em aplicação desde 1 de Agosto de 2001, os ISP recebem da PT a totalidade da receita gerada pelas chamadas efectuadas pelos utilizadores de Internet, fixando também o preço que será cobrado pelas referidas chamadas, ao contrário dos 35% recebidos antes. Os ISP pagam à PT, além do custo de interligação, 1\$60 por chamada para fazer face aos custos de facturação, tendo deixado de pagar o chamado custo de subsidiação das chamadas (diferença entre o preço de chamada local cobrado ao cliente e o preço da chamada regional efectuada). A aplicação do regime em vigor influenciou significativa e positivamente os resultados da Clixgest. A Empresa tem a profunda convicção que, este novo regime, terá aplicação retroactiva a 1 de Março de 2001, dado que o atraso na sua implementação foi da exclusiva responsabilidade do incumbente. A Empresa estima que da aplicação dessa retroactividade, resultaria um efeito positivo nos seus resultados antes de impostos, individuais e consolidados, de aproximadamente Euro 2.500.000. A Empresa recorreu a um processo de arbitragem da ANACOM, estando a aguardar a respectiva resolução. Dando cumprimento aos princípios de contabilidade geralmente aceites, este proveito só será reconhecido nas demonstrações financeiras na data da sua concretização.

iii) Os valores de contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, incluem Euro 29.056.044 e Euro 22.115.505, respectivamente, resultantes de um diferendo entre a filial Optimus e a operadora TMN relativo a preços de interligação durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001. Este diferendo, já referido no Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, mantém-se em apreciação pelo Tribunal e pela ANACOM. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras, pelo que, da resolução do diferendo, não resultarão quaisquer perdas que devessem ter sido provisionadas.

iv) No início do ano 2001, a Empresa implementou um plano de “stock options”, o qual tem como beneficiários determinados colaboradores do Grupo SonaeCom. De acordo com esse plano, a esses colaboradores é atribuído anual e gratuitamente um número de opções de compra de acções da Empresa. As opções, que se subdividem em “Plano IPO” e “Plano Regular”, podem ser exercidas durante o período de um ano, que se inicia, respectivamente, dois e três anos após as datas de referência da sua atribuição. As datas de referência da atribuição do “Plano IPO” e do primeiro e segundo anos do “Plano Regular” foram 2 de Junho de 2000, 31 de Março de 2001 e 31 de Março de 2002, respectivamente. O preço de exercício para as opções concedidas no âmbito do “Plano IPO” é o preço da Oferta Pública (Euro 10). O preço de exercício das opções concedidas no âmbito do “Plano Regular” é o preço médio de transacção das acções na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto, durante o mês precedente à data da atribuição da opção. Os beneficiários dos Planos Regulares têm a possibilidade de optar por receber opções ou, alternativamente, um determinado número de acções, de valor equivalente ao das opções. A elegibilidade depende do nível de responsabilidade e o valor das opções ou acções atribuídas (valorizado utilizando a fórmula de Black and Scholes) será função da remuneração total individual, ajustada à performance, medida de acordo com a metodologia corrente em cada empresa. O número de acções comprometidas em cada um daqueles planos de opções ascendeu a 1.172.967, 1.425.833 e 3.376.725, respectivamente. O número de acções comprometidas correspondentes ao plano alternativo de atribuição de acções, ascendeu a 417.060 e 1.321.499, para os Planos Regulares atribuídos em 2001 e 2002, respectivamente. Os termos do plano podem vir a ser ajustados, no futuro, para reflectir alterações na política de remuneração e/ou na posição financeira da Empresa e suas subsidiárias.

v) Durante o ano de 2001, a Empresa implementou ainda um sistema de incentivos baseado na atribuição de acções a determinados colaboradores da subsidiária We Do. De acordo com esse plano, no dia 1 de Janeiro de 2005, esses colaboradores têm o direito a receber em acções dessa subsidiária, até 30% da valorização ajustada da mesma (por variáveis já estabelecidas), com referência a 31 de Dezembro de 2004.

vi) Durante o ano de 2001, a Empresa comprometeu-se a vender 34% do capital da Enabler a determinados colaboradores dessa subsidiária, o que se espera vir a acontecer antes do final do exercício de 2002. O valor da venda corresponde ao preço de aquisição pela SonaeCom em Julho de 2000, ajustado por variáveis já estabelecidas.

O valor total das responsabilidades e encargos associados aos compromissos descritos nas alíneas iv), v) e vi) ascende, em 30 de Junho de 2002, a aproximadamente, Euro 700.000 e está reflectido no balanço na rubrica de Provisões para riscos e encargos (Nota 46).

## **62. Eventos subsequentes**

i) Entre os dias 8 e 22 de Julho de 2002, decorreu o período de subscrição pública referente ao aumento de capital da SonaeCom de Euro 181.000.000 para Euro 226.500.000, através da emissão de 45.250.000 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada e preço de subscrição de Euro 2,25. A subscrição foi reservada aos accionistas da SonaeCom, no exercício dos respectivos direitos de preferência, sendo as acções eventualmente remanescentes, atribuídas aos investidores institucionais que hajam manifestado interesse na sua subscrição. A Sonae comprometeu-se ainda a subscrever a totalidade das acções que não venham a ser subscritas pelos investidores institucionais, ficando assim garantida a subscrição completa do aumento de capital.

ii) Em 15 de Julho de 2002, a SonaeCom endereçou à EDP, enquanto principal accionista do Grupo Oni, e sem qualquer negociação prévia com os accionistas deste, uma proposta negocial, sujeita a contrato, que contempla a fusão da Novis com o negócio de telecomunicações fixas em Portugal da Oni. A correspondente razão de troca deveria ser determinada por entidade independente e com o estabelecimento de comum acordo das regras de *governance*, de forma a que a gestão da sociedade resultante pudesse ser empreendida de modo equidistante dos seus principais accionistas. A proposta prévia ainda a disponibilidade da SonaeCom para adquirir activos da Oni Way, na eventualidade da não continuidade do projecto por parte dos accionistas da Oni, incluindo o espectro considerado na licença de UMTS de que esta sociedade é titular, estando contudo dependente da autorização da ANACOM e do estabelecimento das necessárias disposições legais ou regulatórias. A SonaeCom comprometia-se ainda a desenvolver os procedimentos necessários com vista ao estabelecimento de um novo acordo accionista para a Optimus, desde que a EDP recuperasse a titularidade da sua participação na Optimus. A proposta veio a ser rejeitada pela EDP, em comunicado do dia 23 de Julho de 2002.



**SONAE.COM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS**  
**RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA**  
**ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM**  
**SOBRE A INFORMAÇÃO CONSOLIDADA SEMESTRAL**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2002**

# **MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

## **RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR**

### **REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO CONSOLIDADA SEMESTRAL**

(Montantes expressos em Euro - €)

#### **Introdução**

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002, da Sonae.com, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de € 1.356.273.790 e um total de capital próprio de € 258.581.450, incluindo um resultado consolidado líquido negativo de € 38.062.289) e na Demonstração consolidada dos resultados para o período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e suas subsidiárias.

#### **Responsabilidades**

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente sobre essa informação financeira baseado no nosso trabalho.

#### **Âmbito**

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.

## MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

### Reserva

8. Até 31 de Dezembro de 2000, o Grupo adoptou a política contabilística de registar no imobilizado incorpóreo as diferenças de consolidação calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e de as amortizar no período estimado de recuperação dos respectivos investimentos. A partir de 2001, o Grupo decidiu adoptar um critério diferente, que consiste em registar aqueles montantes directamente em Outras Reservas, o qual foi aplicado igualmente ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2000 das diferenças de consolidação registadas até essa data (Nota 14). O critério agora adoptado não está de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e caso o Grupo tivesse mantido o critério e prazos de amortização adoptados em exercícios anteriores, o activo e os capitais próprios em 30 de Junho de 2002 seriam superiores em, aproximadamente, € 48.359.000 e o resultado consolidado líquido negativo do semestre findo nessa data seria superior em, aproximadamente, € 3.095.000 correspondente à amortização daquelas diferenças de consolidação no semestre.

### Conclusões

9. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, à excepção do efeito do assunto mencionado no parágrafo 8 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002 da Sonae.com, S.G.P.S., S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

### Ênfases

10. O balanço em 30 de Junho de 2002 inclui na rubrica de Activos por Impostos Diferidos o montante de, aproximadamente, € 46.493.000 relativo ao reconhecimento pela participada Optimus – Telecomunicações, S.A. de impostos diferidos respeitantes a prejuízos fiscais reportáveis e utilizáveis num período de seis anos após o ano em que foram gerados. Daquele montante aproximadamente € 8.294.000 e € 14.889.000 deverão ser deduzidos a lucros fiscais que sejam gerados até 2004 e 2005, respectivamente. A realização destes montantes depende do cumprimento pela participada do seu plano de negócios e da concretização de determinadas operações que se encontram em estudo à presente data (Nota 38).
11. As demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2001 foram por nós examinadas e o nosso relatório de revisão limitada, datado de 25 de Julho de 2001, contém uma reserva similar à descrita no parágrafo 8 acima.

Porto, 26 de Julho de 2002

---

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC  
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

